



# PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL



EM COLABORAÇÃO COM O CONSÓRCIO



APOIO



# PADRÕES DE SUSTENTABILIDADE NA CADEIA DE VALOR DA CASTANHA-DO-BRASIL



O presente estudo foi realizado pelo Instituto Terroá no âmbito do **Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável**, uma parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), conduzido pelo consórcio Eco Consult / IPAM Amazônia. É também um resultado engendrado pela iniciativa Diálogos Pró-Castanha do Brasil.

## AUTORES

Renata Maria  
Guerreiro  
Fontoura Costa

Luís Fernando  
Iozzi Beitem

## REVISÃO

Terciano Beltrano

## PROJETO EDITORIAL

Thiago Oliveira  
Basso

## COLABORADORES E REVISORES TÉCNICOS

André Machado

David Escaquete

Dolores Teixeira  
de Brito

Gabriela Campos  
Aguiar

Guilherme  
Augusto  
Carminato Bircol

Gunter Viteri

Maria Luiza  
Benini

Mayara de  
Oliveira Biliati

Rogério de  
Oliveira Corrêa

## ENTREVISTADOS E REVISORES TÉCNICOS

Fábio Vailatti

Isaque Mopilô  
Tava Suruí

José E. Oliveira  
Neto

Paulo César  
Nunes

Raoni N. da Silva

Taysa Faltz  
Macedo

Thiago Valença

# SUMÁRIO



INTRODUÇÃO (05)

OS "DIÁLOGOS PRÓ-CASTANHA-DO-BRASIL" (07)



## Seção I

A CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL E OS ESQUEMAS DE DIFERENCIAÇÃO (09)

AS CERTIFICAÇÕES E ESQUEMAS ASSOCIADOS (13)



## Seção II

ESTUDOS DE CASO (30)



## Seção III

CONSIDERAÇÕES FINAIS (63)



REFERÊNCIAS (69)

# INTRODUÇÃO

N

No cenário atual, o desmatamento da Amazônia tem se consolidado com uma das grandes preocupações globais, ao mesmo tempo em que o setor agroalimentar, como um todo, segue buscando construir soluções para questões como rastreabilidade, transparência nas cadeias de produção, e condições comerciais e de trabalho mais justas.

Observa-se que os grandes acordos comerciais têm se guiado para os critérios de sustentabilidade, enquanto os consumidores também passam a se preocupar, cada vez mais, com questões relacionadas à saúde, origem do produto, impactos e formas de produção. Nesse sentido, como forma de garantir salvaguardas socioambientais, os Padrões de Sustentabilidade têm se mostrado ferramentas relevantes para minimizar impactos negativos e gerar impactos positivos ao longo das cadeias de valor.

Diante do contexto, o objetivo deste estudo é apresentar Padrões de Sustentabilidade adotados atualmente na cadeia da castanha-do-brasil – com destaque para alguns dos esquemas de certificação mais utilizados – a partir de estudos de caso de associações, cooperativas e empresas certificadas atuantes no setor. O documento visa ainda provocar uma análise problematizadora, com o propósito de subsidiar novas intervenções que fortaleçam e promovam práticas ambientais e sociais responsáveis para esta cadeia de valor.

Para fins conceituais, neste estudo, os **Padrões de Sustentabilidade** são esquemas<sup>1</sup> de avaliação da conformidade, conforme definidos na norma ABNT NBR ISO/IEC 17000/2005, considerados como um conjunto de critérios sociais, ambientais e econômicos que

1. Esquema, programa ou sistema de avaliação da conformidade, relativo a objetos específicos de avaliação da conformidade, aos que se aplicam os mesmos requisitos especificados, regras e procedimentos específicos.

– cumpridos por produtores, fabricantes, comerciantes, varejistas ou prestadores de serviços – contribuem para o desenvolvimento sustentável de cadeias de valor. Monitorados por avaliações de terceira-parte, os padrões de sustentabilidade podem ser voluntários ou compulsórios, desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais e nomeados como: normas<sup>2</sup>, regulamentos<sup>3</sup> e resoluções técnicas (quando desenvolvidos por organizações governamentais); como Normas Voluntárias de Sustentabilidade – NVs (quando desenvolvidos por empresas ou organizações não governamentais); políticas corporativas (critérios utilizados por empresas em relação aos fornecedores de suas cadeias de suprimentos); ou boas práticas e metodologias reconhecidas como tecnologia social/ambiental por organismos técnicos de referência.

Para o caso das cadeias da sociobiodiversidade da Amazônia, os Padrões de Sustentabilidade são elementos fundamentais para o engendramento de produtos diferenciados em relação a salvaguardas socioambientais, como a proteção de comunidades e povos tradicionais, a rastreabilidade e garantia de origem de produtos florestais, o comércio justo e ético – além de minimizar impactos ambientais da produção ao consumo.

Deste modo, o presente estudo se apresenta em três seções principais: na primeira, são caracterizados os principais esquemas de certificação que atuam no território amazônico vinculados à cadeia da castanha-do-brasil e os elementos relacionados ao seu funcionamento. Na sequência, encontram-se os estudos de caso realizados com empresas e organizações sociais, com enfoque nos esquemas

de certificação adotados. Na terceira e última seção, são sistematizados os principais apontamentos e desafios referentes à esta cadeia de valor – resultantes das reflexões da rede de atores participantes deste estudo e do acúmulo de aprendizados das organizações executoras e de seus parceiros.

Em relação à metodologia, o trabalho foi elaborado a partir de revisão bibliográfica, levantamento de dados secundários, entrevistas realizadas com atores-chave dos empreendimentos selecionados e por meio de dados e informações sistematizados ao longo dos encontros realizados pelos “Diálogos Pró-Castanha-do-Brasil”.

2. Documento aprovado por uma instituição reconhecida, que prevê, para um uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para os produtos ou processos e métodos de produção conexos, e cuja observância não é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.

3. Regulamento técnico: Documento aprovado por órgãos governamentais em que se estabelecem as características de um produto ou dos processos e métodos de produção com eles relacionados, com inclusão das disposições administrativas aplicáveis e cuja observância é obrigatória. Também pode incluir prescrições em matéria de terminologia, símbolos, embalagem, marcação ou etiquetagem aplicáveis a um produto, processo ou método de produção, ou tratar exclusivamente delas.

## Os “Diálogos Pró-Castanha do Brasil”

Reunindo diversas partes interessadas na cadeia da castanha-do-brasil, o objetivo desta iniciativa é manter diálogos contínuos e fluidos para o fortalecimento dessa importante cadeia da sociobiodiversidade. Por meio de uma série de atividades organizadas e interligadas, busca-se conectar atores-chave para, além de promover a sustentabilidade da cadeia de valor da castanha, proporcionar um bom ambiente de negócios e seguir com a estruturação de uma agenda setorial.

Participam dos “Diálogos Pró-Castanha do Brasil” setores governamentais, empresas, cooperativas, instituições financeiras, incubadoras/aceleradoras, redes nacionais multissetoriais, desenvolvedores de esquemas de certificação, ONGs, universidades e centros de pesquisa.

De novembro de 2018 até o momento, passaram a ocorrer diversos encontros intrasetoriais, como seminários e workshops, além de múltiplas conversas bilaterais entre este grupo. Desde então, o coletivo tem trabalhado conjuntamente na definição de ações concretas para o setor, reforçando o diálogo técnico e político com os principais *stakeholders* envolvidos, e valorizando a abordagem sistêmica da cadeia de valor. Nesse sentido, a iniciativa tem apoiado parcerias de cooperação em busca de impactos coletivos, visando o enfrentamento de riscos comuns e aproveitamento de oportunidades coletivas.

Nesse intercâmbio e troca de experiências e conhecimentos na cadeia, alguns temas têm sido priorizados na agenda, tais como a governança da cadeia; a gestão da informação; pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I); questões sanitárias; questões tributárias; financiamento na cadeia; Padrões de Sustentabilidade; e ações de promoção do produto e sensibilização de consumidores.



Essa é uma iniciativa do Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, parceria entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), conduzido pelo consórcio Eco Consult e IPAM Amazônia, com apoio e cooperação da Associação Brasileira de Nozes, Castanhas e Frutas Secas (ABNC), Projeto Cadeias de Valor Sustentáveis (ICMBIO/USFS), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA), Projeto Bem Diverso (EMBRAPA/PNUD/GEF), WWF-Brasil, Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, por meio do INMETRO, Instituto Terroá, Instituto Conexsus, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), coletivos de empreendimentos comunitários produtores de castanha, empresas compradoras, entre outros.

# Seção I

## A CADEIA DA CASTANHA-DO-BRASIL E OS ESQUEMAS DE CERTIFICAÇÃO

**A** castanha-do-brasil é fruto da árvore *Bertholletia excelsa*, típica da floresta amazônica do Brasil, Bolívia, Peru, Guiana e Colômbia. Trata-se de um produto florestal não-madeireiro (PFNM) de grande importância para os povos tradicionais e indígenas tangente aos aspectos sociais, ecológicos e econômicos, considerada uma espécie-chave para a conservação do bioma amazônico. No Brasil, as maiores formações compactas dessas espécies encontram-se nos estados do Pará (rios Trombetas, Tapajós, Xingu, Tocantins e afluentes), Amazonas (rios Amazonas, Madeira, Negro, Purus e afluentes), Acre (rios Purus, Acre, Iaco e Abunã), Maranhão (área da Amazônia Legal) e Mato Grosso (rio Araguaia), mas também se faz presente nos estados do Amapá, Rondônia e Roraima (SILVA et al., 2017; EVANS, 2014; MÜLLER, 1981; SOLDÁN, 2003).

A espécie se desenvolve em matas altas, em áreas de terra firme, e não tolera áreas alagadas ou de grande retenção de água. Em determinados locais formam-se os castanhais, juntamente com outras espécies também de grande porte. A questão da regeneração dos castanhais é ainda um debate atual, pois um grupo de estudos mostra que o extrativismo teve impacto significativo no desenvolvimento natural da espécie; contudo, outras pesquisas afirmam que o extrativismo sustentável que vem sendo feito pelos povos da floresta tem baixo impacto, e se mostra viável para as próximas décadas. Ademais, a castanha-do-brasil é considerada uma espécie da flora ameaçada de extinção, na categoria vulnerável. Por este motivo, a adoção de boas práticas de extrativismo sustentável por parte das

comunidades extrativistas é uma condição premente relacionada à promoção das cadeias da sociobiodiversidade (BRASIL, 2017).

De acordo com o IBGE, em 2018, foram produzidas no Brasil 34.170 toneladas de castanha-do-brasil, sendo os estados do Amazonas, Pará e Acre os que obtiveram o maior volume de produção. Entre 2014 e 2018, a produção brasileira variou entre 23 a 40 mil toneladas (IBGE, 2020). São diversos os produtos da castanha, sendo a amêndoa o principal, com alto teor de proteínas, lipídeos e vitaminas, que pode ser consumida *in natura*, e da qual também se extrai o óleo (para uso culinário e utilizado na fabricação de cosméticos). Do processo de extração do óleo resulta o farelo, que pode ser consumido como alimento. Deste modo, a castanha-do-brasil apresenta-se como um produto de grande potencial alimentício, podendo ser consumida de inúmeras maneiras e incorporada a diferentes receitas, o que inclui pratos salgados, pães e doces (HERNANDES; NUNES; CORTÊZ, 2014; SEBRAE, 2020).

No entanto, o beneficiamento da castanha-do-brasil requer cuidados especiais no que diz respeito às etapas de pós-colheita e processamento, pelo fato da possibilidade da proliferação de fungos em ambientes propícios de alta umidade relativa do ar e altas temperaturas, o que pode contaminar o produto e, desta forma, apresentar riscos à saúde do consumidor e promover perdas econômicas aos produtores. Estes fungos podem produzir micotoxinas, como as aflatoxinas, representadas pelas espécies *Aspergillus flavus* e *Aspergillus parasiticus*, que são carcinogênicas. Estas toxinas são encontradas em diversos vegetais; todavia, o controle de qualidade e a fiscalização sanitária não permitem a comercialização dos alimentos que possam estar contaminados por esses agentes (ÁLVARES, et al., 2012; SEBRAE, 2020).

A castanha brasileira vem sofrendo impactos na comercialização com a União Europeia, principalmente a partir de 2003, quando lotes do produto foram dispensados, e foram estabelecidos parâmetros para a importação deste tipo de produto pelos países europeus para o mercado brasileiro (CE, 2003). Desde então, a preocupação com a sanidade do produto é recorrente entre os coletores e a indústria vinculada



a este setor. Para combater este tipo de problema, a adoção de boas práticas tem sido difundida entre os grupos extrativistas, por meio de diretrizes técnicas definidas para a adoção de boas práticas, principalmente a partir da ação interministerial (MMA, MDA e MDS) em 2007, com a criação do “Plano Nacional para a Promoção das Cadeias da Sociobiodiversidade” (BRASIL, 2012; MDA; MMA; MDS, 2009).

Diante deste cenário, os esquemas de certificação são importantes aliados para a promoção da sustentabilidade de diversas cadeias de valor da sociobiodiversidade, nas quais se inclui a castanha-do-brasil. Neste sentido, vale destacar um estudo realizado pelo Center for International Forestry Research (Cifor), no qual foram comparados os benefícios ambientais e socioeconômicos da certificação da castanha-do-brasil em 17 comunidades (e 231 produtores) da região de fronteira entre Brasil, Bolívia e Peru durante a safra 2006-2007. Foram analisadas as diferenças nas “melhores práticas de gerenciamento” entre produtores certificados e não certificados; dimensionados os benefícios socioeconômicos vinculados às castanhas certificadas e analisadas as percepções dos coletores em relação à certificação (DUCHELLE; KAINER; WADT, 2014).

As certificações obtidas por esses grupos, à época, foram FSC®, de orgânicos e de comércio justo. Os resultados indicaram que a certificação orgânica e de comércio justo estão associadas a melhores práticas pós-colheita e a melhores preços de vendas, enquanto a certificação do Forest Stewardship Council (FSC®) se remete ao manejo pré-colheita. Os coletores da Bolívia foram os que perceberam mais ganhos diretos com as certificações, por meio de benefícios financeiros e sociais; no Peru, a percepção de resultados positivos foi de menor impacto, e no Brasil, menores ou inexistentes. Por sua vez, as comunidades brasileiras inclusas no estudo pertencem ao estado do Acre – quatro delas situadas na Reserva Extrativista Chico Mendes e uma no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (DUCHELLE; KAINER; WADT, 2014).

Em relação às percepções dos produtores no Brasil, destacam-se os seguintes pontos: 49% dos entrevistados constataram que a certificação era moderadamente a altamente benéfica, 22% achavam que não tinha efeito, e 29% relataram que sua experiência foi negativa;

47% mencionaram que a certificação orgânica e de comércio justo promoveram os melhores preços de venda, e 35% relataram que as certificações promoveram melhora na qualidade da castanha; por outro lado, a percepção negativa aos mecanismos se remeteu ao fato de que, para sua obtenção e manutenção, era necessário maior empenho (trabalho extra), e que o pagamento acordado relativo ao processamento da castanha não aconteceu no tempo combinado entre as partes (DUCHELLE; KAINER; WADT, 2014).

A partir das questões apresentadas, o presente estudo aborda as seguintes questões: até que ponto os esquemas de certificação atuais atendem aos desafios e riscos da cadeia que vêm sendo cada vez mais sinalizados pelo mercado e sociedade? Há necessidade da adoção e construção de outros esquemas? Nesta perspectiva, a partir da apresentação e discussão de casos específicos, a ideia é suscitar pontos que permitam o aprofundamento sobre esta temática e, assim, favorecer o desenvolvimento de iniciativas voltadas à cadeia de valor da castanha-do-brasil, com base no desenvolvimento territorial e sustentável para a região amazônica brasileira.

Foto: Aloyana Lemos (Imaflora).



# AS CERTIFICAÇÕES E ESQUEMAS ASSOCIADOS

## Certificação FSC®

**Iniciativa:** Associação Soenama Paiter Surui



A marca do manejo florestal responsável

FSC® C015899

Forest Stewardship Council – Brasil

Criado em 1993 diante dos problemas ambientais vinculados principalmente ao avanço do desmatamento global, é uma organização independente, não-governamental, sem fins lucrativos, concebida a fim de proporcionar o manejo florestal responsável por todo o planeta. Com sede em Bonn, na Alemanha, possui representação em mais de 70 países. Organiza-se a partir de um fórum que reúne atores de diversas partes do globo com o objetivo de definir o que é um “manejo florestal ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável”, além de identificar instrumentos e recursos que promovam transformações positivas para as florestas e seus habitantes. O selo FSC® é o modo pelo qual esse sistema de certificação é reconhecido, atestando que o produto é proveniente de um processo produtivo responsável, possibilitando ao consumidor a adoção de um consumo responsável, e agregando valor às empresas que adotam o sistema. No Brasil, um grupo se articula em torno das decisões do FSC®, o qual se formalizou em 2001 por meio do Conselho Brasileiro de Manejo Florestal (FSC BRASIL, 2020a).

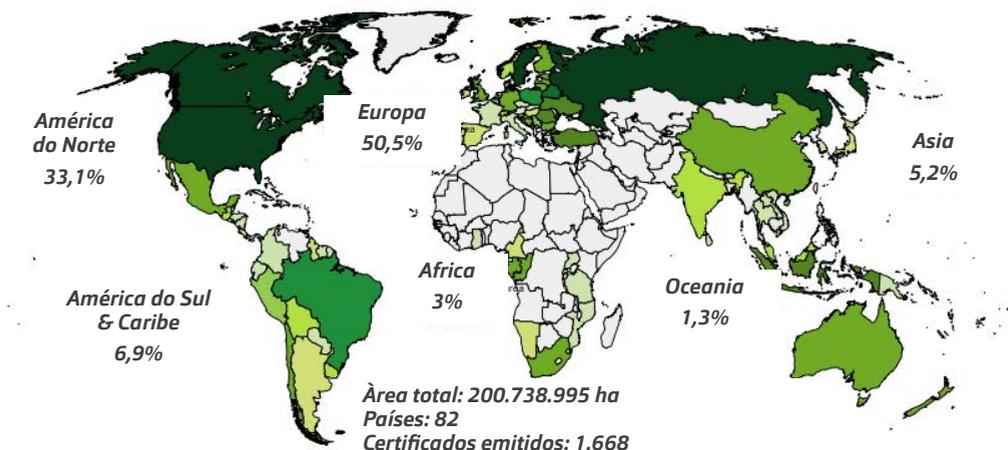
## Princípios

O FSC® possui 10 princípios e critérios para o manejo florestal responsável, apresentados a seguir: (1) cumprimento das leis; (2) direitos dos trabalhadores e condições de emprego; (3) direitos dos povos indígenas; (4) relações com as comunidades; (5) benefícios da floresta; (6) valores e impactos ambientais; (7) planejamento de gerenciamento; (8) monitoramento e avaliação; (9) altos valores de conservação; e (10) execução de atividades de gerenciamento (FSC, 2015).

## Regiões e áreas de abrangência

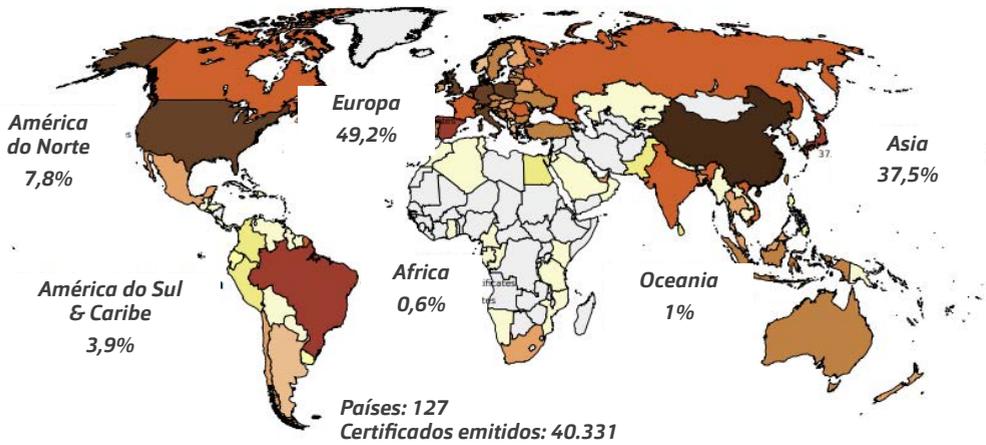
Atualmente, no Brasil, a área certificada total é de 7.134.658 hectares, sendo 136 certificados de manejo florestal (FM/CoC) e 1059 certificados de cadeia de custódia (CoC) (FSC, 2020b).

**Figura 1 – Total de áreas certificadas como FSC® no mundo.**



Fonte: FSC (2019a)

**Figura 2 – Total de áreas certificadas como Cadeia de Custódia no mundo.**



Fonte: FSC (2019b)

## Custos

Os custos variam de acordo com a gestão realizada pela operação florestal em questão; quanto mais próxima estiver das normas de certificação exigidas pelo FSC®, menor serão os investimentos para receber o certificado de origem. Deste modo, existem dois tipos de custos envolvidos: os diretos – relacionados com o processo de avaliação, licenciamento e monitoramento do uso do selo; e os indiretos – vinculados às ações fundamentais para cumprir com as normas de certificação (FSC BRASIL, 2020c).

Os custos diretos envolvem o pagamento pelas auditorias de campo, o monitoramento anual e a taxa anual de certificação; os indiretos englobam mudanças no processo de manejo florestal, como treinamentos, inventários, mudança no método de cultivo etc.; adaptações na cadeia de custódia, como a separação de produtos certificados dos não-certificados e capacitação de pessoal para atender às normas da cadeia de custódia; o cumprimento da legislação nacional vigente, regularização da contratação dos empregados, entre outros aspectos (FSC BRASIL, 2020c).

## Benefícios

A certificação FSC® promove benefícios para todos os participantes da cadeia produtiva – a saber (FSC BRASIL, 2020d):

- **Produtores florestais** – possibilita a comercialização dos produtos com preços melhores. A compra de madeira FSC® certificada, por exemplo, é um exemplo de produto preferencial pelo mercado europeu; favorece o aumento da produtividade, pois os trabalhadores são capacitados para o correto manejo florestal; melhora da imagem devido à adoção do selo, reconhecido, principalmente no setor madeireiro, por sua responsabilidade socioambiental no manejo florestal;
- **Beneficiadores e revendedores** – garantia de origem; reconhecimento do mercado; responsabilidade socioambiental;
- **Consumidores** – garantia de origem; contribuição para a causa (ao comprar um produto certificado FSC®, o consumidor fortalece empresas que são responsáveis e que seguem as legislações vigentes, valorizam os trabalhadores e as comunidades da floresta, obedecem a padrões que garantem o manejo florestal adequado).

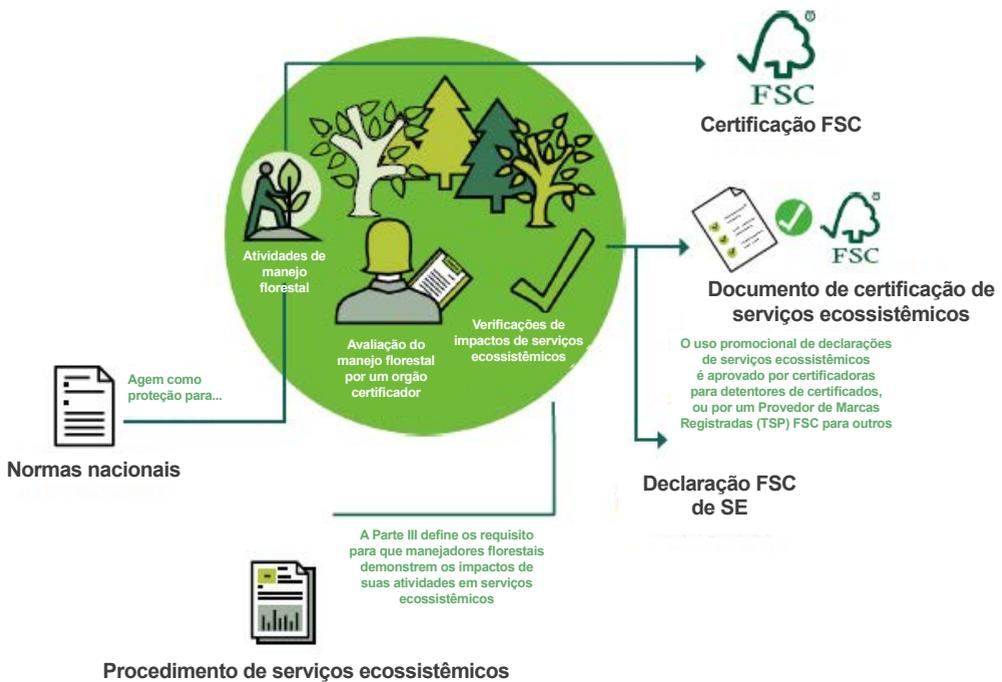
## Impactos e suas formas de mensuração

A cada ano, a certificadora audita alguns dos princípios da norma, para avaliar se os indicadores das normas estão sendo atendidos nos empreendimentos florestais. Deste modo, pode-se avaliar os impactos que o mecanismo causa no território em questão e nas comunidades envolvidas. Uma das ferramentas utilizadas para mensurar impactos é a verificação dos Serviços Ecosistêmicos FSC®.

Os principais objetivos do procedimento de serviços ecossistêmicos são: definir os requisitos para que manejadores florestais certificados pelo FSC® demonstrem com credibilidade o impacto de suas atividades na manutenção, conservação, restauração ou melhoria

de serviços ecossistêmicos; oferecer aos manejadores um melhor acesso aos mercados emergentes de serviços ecossistêmicos por meio do uso das declarações FSC® do cumprimento destes serviços, com base em impactos verificados e melhoria ao acesso de financiamentos para impactos de restauração/melhoria dos serviços ecossistêmicos validados (FSC, 2018).

**Figura 3 – Esquema do funcionamento dos serviços ecossistêmicos.**



Fonte: FSC (2018)

## Orgânicos

**Iniciativas:** Projeto RECA, RO; Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), MT.



A certificação orgânica brasileira foi oficialmente reconhecida em 1999, a partir da publicação da Instrução Normativa no 007/99, via Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (BRASIL, 1999); posteriormente, em 2003, foi publicada a lei 10.831/2003 (BRASIL, 2003) que definiu os preceitos da produção orgânica, os processos referentes à certificação e comercialização, entre outros aspectos. Contudo, sua regulamentação ocorreu somente em 27 de dezembro de 2007, a partir do decreto n. 6.323 (BRASIL, 2007). Além destes regulamentos principais, existem outros dispositivos legais, como decretos, portarias e instruções normativas que complementam este arcabouço jurídico (MAPA, 2017). Vale destacar a instituição da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com base no decreto presencial 7.794, de 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012).

Especificamente em relação ao extrativismo orgânico, que abrange a castanha e demais produtos florestais não-madeireiros de origem vegetal ou fúngica, existe uma normativa específica em vigor – a Instrução Normativa Conjunta nº 17/2009, publicada pelo MAPA e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Este documento apresenta, entre outras especificidades, a necessidade da elaboração de um Projeto Extrativista Sustentável Orgânico por parte das comunidades envolvidas no agroextrativismo para que possam obter a certificação orgânica, além de seguir princípios como a conservação de recursos naturais, o desenvolvimento socioeconômico e ambiental local e regional, o respeito à cultura local dos agroextrativistas e



de agricultores familiares, a destinação adequada dos resíduos provenientes da produção, entre outros aspectos (MAPA, 2017; YAMANAKA, 2012). Os principais produtos orgânicos certificados hoje são provenientes em grande parte da agricultura familiar (90%); já as empresas vinculadas à iniciativa privada correspondem a 10% desta produção. A agricultura familiar relaciona-se à produção de hortaliças, frutas e alimentos processados, e as grandes empresas produzem frutas (citros e frutas tropicais), além de cana-de-açúcar, café, cereais orgânicos e pecuária orgânica em áreas extensivas (principalmente no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul) (ORGANICSNET, 2020).

Este tipo de certificação ocorre de três modos:

- **Certificação por auditoria** – é realizada por uma certificadora pública ou privada, credenciada no MAPA e acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro)<sup>4</sup>, responsável pela emissão do selo SisOrg. O processo de certificação segue procedimentos e critérios estabelecidos internacionalmente, e requisitos técnicos definidos na legislação nacional;
- **Sistema Participativo de Garantia (SPG)** – ocorre a partir da organização coletiva entre agricultores/produtores, técnicos e demais parceiros envolvidos. É necessário a constituição de um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), o qual será responsável pela emissão do selo SisOrg;
- **Controle Social na Venda Direta** – dirigido à agricultura familiar, possibilita a este público integrar o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos por meio do credenciamento em uma organização de controle social (OCS) cadastrado em órgão fiscalizador oficial.

4. No Inmetro, a área responsável pela acreditação de organismos de avaliação da conformidade é a Coordenação Geral de Acreditação - CGCRE.



Foto: Resex Rorizinho do Anfrísio (Origens Brasil<sup>®</sup>)

## A produção de orgânicos no Brasil – escala e abrangência

O Brasil está se consolidando como um grande produtor de alimentos orgânicos. Atualmente, são cerca de 17 mil propriedades certificadas e 22 mil unidades de produção orgânica em todas as unidades da federação, sendo que a maior parte da produção é oriunda de pequenos produtores. A área agrícola ocupada com produção orgânica, de acordo com avaliação realizada em 2017 pela FiBL Statistic é de 1,13 milhão de hectares, o que corresponde a 0,4% da área agriculturável brasileira. A maior concentração de produtores orgânicos se encontra na região Nordeste (principalmente na divisa entre Bahia, Pernambuco, Piauí e Ceará), na região Sul e em algumas regiões do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (LIMA et al. 2020; SEBRAE, 2020).

No que diz respeito ao comportamento dos produtores orgânicos brasileiros, 63% deles produzem exclusivamente orgânicos e 25% mesclam sua produção entre orgânica e convencional. Os principais produtos comercializados são: frutas, hortaliças, raízes, tubérculos, grãos e produtos agroindustrializados (SEBRAE, 2020). Além disso, o consumo de produtos orgânicos tem aumentado nos últimos anos no Brasil, principalmente devido à crescente demanda pela alimentação orgânica por parte da classe média. O mercado consumidor brasileiro é considerado o maior da América Latina. O principal canal de comercialização ainda é o varejo convencional (mercados), mas o movimento vinculado a redes de proximidade, de venda direta ao consumidor, o que pode ser realizado em feiras livres, via Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSAs), clubes

de compra ou entrega de cestas diretamente aos consumidores, é uma alternativa que vem ganhando adeptos no território nacional. Um dos fatores que explica esse interesse é o fato que a venda direta apresenta melhores preços dos produtos ao consumidor, visto que elimina atravessadores dessa cadeia de valor (LIMA et al., 2020; SEBRAE, 2020).

## **Benefícios**

A produção e consumo de alimentos orgânicos vinculam-se à manutenção e melhoria da saúde humana, à conservação dos recursos naturais, à fertilidade e conservação do solo, da água e do ar, à qualidade de vida e de trabalho das famílias e trabalhadores envolvidos. Desse modo, ao fazer a opção pelo consumo de alimentos orgânicos, o consumidor contribui para conservação da biodiversidade e para a valorização da de uma produção de alimentos com base nos princípios da sustentabilidade (ORGANICSNET, 2020).

As vantagens que a agricultura orgânica propicia ao agricultor familiar são: geração de emprego, pois requer uma quantidade maior de mão-de-obra; menor dependência de insumos externos; eliminação do uso de agrotóxicos, o que faz os custos de produção diminuírem; maior valor comercial em relação aos produtos convencionais e maior vida útil no período pós-colheita. Todos estes fatores se apresentam porque há uma diversificação produtiva na área cultivada (CAMPANHOLA; VALARINI; 2001). Já para o consumidor, um benefício evidente é a garantia de que o produto é resultante de um processo em que todas as obrigações impostas pela legislação nacional foram respeitadas e que houve todo o controle de qualidade na produção, proporcionando confiança e credibilidade (BARBOSA; SOUZA, 2012).

## **Diferenciais**

Os produtos com certificação orgânica atestam que estes foram produzidos dentro dos padrões exigidos pela agricultura orgânica. Diferenciam-se a partir das qualidades físicas (ausência de agrotóxicos, transgênicos e adubos químicos), que se remetem ao modo como a produção é conduzida, além de serem mais saborosos. O selo, portanto, permite ao consumidor eliminar incertezas sobre a qualidade e origem dos produtos (ORGANICSNET, 2020).

## UNION FOR ETHICAL BIOTRADE (UEBT)

Iniciativa: Natura.



A União para o Biocomércio Ético (UEBT) é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2007. Tem como missão incentivar, validar e comunicar boas práticas empresariais oriundas de uma produção ética e inovadora, a fim de beneficiar as pessoas e a biodiversidade, e como missão apoiar e validar boas práticas de empresas comprometidas com o abastecimento e inovação éticos, beneficiando as pessoas e a biodiversidade. Os antecedentes históricos de sua emergência relacionam-se à ECO-92, a partir da adoção da Convenção sobre Diversidade Biológica por inúmeros países. Em 1996 foi lançada a Iniciativa Biotrade pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) com o intuito de apoiar os objetivos contemplados pela CDB. Possui, atualmente, mais de 70 empresas membro (comercial) ao redor do mundo (UEBT, 2019; UEBT, 2020).

A UEBT elaborou a norma UEBT, um documento imprescindível para orientar, de modo geral, ações relacionadas ao BioComércio Ético, assim como apresenta definições e processos relacionados às certificações vinculadas a ela. O documento é público e útil para orientar atividades e pesquisas relacionadas à biodiversidade e de abastecimento de ingredientes naturais de modo ético, assim como é uma ferramenta para verificar atividades de abastecimento que respeitam as pessoas e a biodiversidade<sup>5</sup> (UEBT, 2019).

5. A norma UEBT pode ser acessada em: <https://static1.squarespace.com/static/58bfcdf22994ca36885f063e/t/5d3080bcfc077d00017ef280/1563459773412/Portugese.pdf>

É responsável pela elaboração de um relatório anual denominado “Barômetro da Biodiversidade”, no qual são apresentados aspectos relacionados à conscientização do consumidor sobre a biodiversidade e como esse fator afeta as decisões de compra, e assim orientar empresas e governos para o desenvolvimento de ações mais positivas voltadas para as pessoas e a biodiversidade (UEBT, 2020; UEBT BIODIVERSITY BAROMETER, 2020).

### **A UEBT tem como princípios:**

- Conservação da biodiversidade;
- Uso sustentável da biodiversidade;
- Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade;
- Sustentabilidade socioeconômica (gestão produtiva, financeira e de mercado);
- Cumprimento com a legislação nacional e internacional;
- Respeito pelo direito dos atores envolvidos nas atividades de Biocomércio;
- Clareza sobre a posse da terra, direitos de uso e acesso aos recursos naturais.

A organização opera a partir de três eixos estratégicos, a saber (UEBT, 2019):

- Fornece um sistema padrão para o BioComércio ético – uma norma confiável para este comércio, reconhecida internacionalmente e constantemente revisada; um programa de membresia, por meio do qual práticas e compromissos relacionadas ao BioComércio Ético são promovidos; dois programas de certificação – de ingredientes e de sistema de gestão da biodiversidade – pelos quais as práticas vinculadas a este comércio são verificadas e certificadas;

- É uma associação de empresas que oferece apoio aos seus membros por meio de treinamentos e suporte técnico relacionados ao BioComércio Ético; promoção de intercâmbios entre seus participantes ao longo das cadeias de abastecimento; desenvolvimento de ferramentas para oportunizar a implementação de práticas de BioComércio Ético;
- É um centro de expertise em BioComércio Ético – promove a conscientização sobre este tema por meio de divulgação e comunicação setoriais específicas; presta consultorias para empresas e *stakeholders*; cria oportunidades de *networking* para os parceiros envolvidos e membros.

### **Requisitos para se tornar uma empresa membro**

Para que isso aconteça, as empresas interessadas precisam mudar ações e padrões relacionados ao desenvolvimento de seu negócio (assim como seus produtores e fornecedores) para atender os preceitos do BioComércio Ético. Essas atitudes e mudanças se relacionam a identificação de riscos nas cadeias de abastecimento (para as pessoas e para a biodiversidade); a seleção de cadeias de abastecimento e a definição de um plano para melhorias; estabelecimento de *due diligence* para cadeias de abastecimento, o que inclui Acesso e Repartição de Benefícios (ACS); instituição de um sistema de rastreabilidade, verificação e monitoramento; verificação e monitoramento das práticas de BioComércio Ético implementadas; implementação de estratégias de comunicação relativa ao mecanismo (UEBT, 2019).

## **Tipos de certificação**

A UEBT oferece três tipos diferenciados de certificação (UEBT, 2019; UEBT, 2020):

- Certificação de sistemas de abastecimento ético – Atesta que as empresas adotaram os pressupostos da norma UEBT em seu sistema de funcionamento para atividades de inovação e abastecimento de ingredientes naturais. São realizadas auditorias por auditores independentes, de terceira parte, que realizam a verificação de políticas e procedimentos;
- Certificação de ingredientes naturais específicos – Confirma que o abastecimento do ingrediente natural é realizado com respeito às pessoas e à biodiversidade. É feita por auditoria independente, após comprovação de que o ingrediente seguiu as normas do mecanismo, nas áreas onde o ingrediente é extraído, garantindo, assim, o processo de rastreabilidade;
- Certificação de cadeia de custódia – é voltada para empresas que comprem, comercializam ou processam ingredientes certificados pela UEBT e querem fazer uso e propaganda da adoção deste mecanismo; para isso, são verificados os requisitos mínimos para provar que os ingredientes são certificados UEBT e que as empresas respeitam os indicadores de entrada da UEBT, assim como se adequam aos esquemas de certificação de acesso e repartição de benefícios (ABS).

## **Benefícios, resultados, impactos e indicadores**

Entre os resultados prováveis a médio prazo para os membros UEBT estão: a manutenção ou restauração em área cultivadas e do extrativismo; o manejo sustentável de espécies da biodiversidade empregadas como ingredientes naturais; o diálogo e parcerias efetivas para os participantes das cadeias de abastecimento; repartição de benefícios; transparência e confiança do consumidor



Foto: Rafael Salazar (Imaflora)

por ser uma empresa de BioComércio Ético. Para o setor geral, os resultados incluem a promoção de uma maior conscientização em relação ao abastecimento com respeito à sociobiodiversidade e o favorecimento de contextos institucionais vinculados a este tipo de comércio (UEBT, 2019).

Os impactos vinculam-se a efeitos de longo prazo que as ações de BioComércio Ético promovem aos envolvidos, quais sejam: conservação e sustentabilidade dos recursos naturais; desenvolvimento local e melhoria de qualidade de vida e transformação setorial. No que tange os indicadores, a UEBT atua em três níveis – produto, resultados e impactos. O primeiro mede a abrangência e a escala das ações de promoção de práticas de BioComércio Ético no que diz respeito ao comportamento das empresas e cadeias de abastecimento; o segundo verifica o cumprimento das normas UEBT e avalia os efeitos de médio prazo das ações executadas pelos membros e nas cadeias de abastecimento; e o terceiro mede os efeitos de longo prazo resultantes da execução de práticas de BioComércio Ético (UEBT, 2019).

## ORIGENS BRASIL®

**Iniciativa:** Wickbold.



O Origens Brasil® é uma rede que possibilita negócios sustentáveis na Amazônia em áreas eleitas prioritárias para conservação, a qual garante a rastreabilidade da origem do produto, transparência e comércio ético. Desta forma, torna-se possível descobrir a história das pessoas, dos territórios e das conexões responsáveis entre quem produz e quem compra. Ao valorizar as populações tradicionais e povos indígenas é gerado valor para floresta em pé e para os povos que vivem dela. A rede conta, atualmente, com cerca de 1600 produtores locais, 40 povos indígenas e populações tradicionais, abrangendo uma área de 51 milhões de hectares de florestas. A sua atuação se estende por três territórios: Calha Norte, Rio Negro e Xingu (ORIGENS BRASIL, 2020a).

A rede busca atuar por meio de três pilares principais, a saber: (i) origem e rastreabilidade – os produtos comercializados são produzidos por povos indígenas e populações tradicionais; (ii) relações comerciais éticas – as relações comerciais são feitas com base no diálogo equilibrado e transparente, pautadas no uso responsável dos recursos naturais e no respeito a pluralidade de modos de vida sustentáveis; (iii) contribuição ao fortalecimento da diversidade socioambiental do território – o sistema de monitoramento, a avaliação de impactos e a governança instituída fortalece a proteção dos territórios, das cadeias de valor e das populações tradicionais (IMAFLOA, 2020).

Em 2018, a rede comercializou 33 produtos, entre eles castanha, farinha de babaçu, pimenta, cumaru, cestas, velas artesanais, mel, artesanatos em madeira entre outros; estes produtos movimentaram mais de R\$ 4 milhões desde 2016. Na plataforma digital do Origens Brasil® o consumidor e cliente podem encontrar dados de venda, produtos, empresas, organizações, mapas, relatórios anuais e outros dados pertinentes. Anualmente, o Origens Brasil® faz uma pesquisa com instituições e empresas que realizaram alguma transação comercial com o Projeto a fim de verificar o pensamento das organizações sobre transparência, diálogo, condições de comercialização, resolução de conflitos de forma conjunta, preço justo e transferência de tecnologia (ORIGENS BRASIL, 2020b).

Por sua vez, a governança do sistema é composta pelos seguintes componentes:

- Conselho gestor do sistema (composto por pessoas e por instituições que participaram do processo de desenvolvimento do Origens Brasil® ou que agreguem contribuições ao sistema e por especialistas temáticos; é a instância máxima para resolver conflitos e tem o papel de supervisionar os comitês territoriais);
- Comitês territoriais (formados por instituições que atuam historicamente nos territórios e desempenham o papel de supervisionar e monitorar a implementação da iniciativa no território);
- Comitês de empresas (composto por empresas e compradores que aderiram à iniciativa; se reúnem anualmente para contribuir com as discussões acerca do sistema);
- Administrador do sistema (instância executiva responsável direta por administrar a operação do sistema, incluindo a criação e a manutenção das ferramentas para gestão do Origens Brasil®) (IMAFLORES, 2018).

## **Benefícios**

Entre os benefícios para os compradores estão: garantia de origem e rastreabilidade da matéria-prima ou produto adquirido; acesso ao painel de gestão da sua cadeia de valor e à ferramenta de comunicação das histórias e identidade cultural associadas aos produtos; agregar valores à empresa e aos seus produtos; visibilidade socioambiental; mitigação dos riscos da cadeia de fornecimento; reportar e quantificar seu desempenho socioambiental através de indicadores de impacto e acesso ao canal de conexão entre a oferta e demanda via administrador (IMAFLORA, 2018).

Para as populações tradicionais e povos indígenas os pontos positivos são: assegurar a rastreabilidade da sua produção; ter uma plataforma que permita contar a história de seus produtos; atrair compradores interessados em negócios mais éticos; fortalecer as parcerias e a organização social do território; melhoria nas condições de vida a partir dos recursos gerados pela comercialização dos produtos; proporcionar o reconhecimento da diversidade sociocultural e geração de novos negócios e expansão dos negócios existentes (IMAFLORA, 2018).

## **Mensuração de impactos**

O Origens Brasil® faz a verificação de impactos por meio de um sistema de monitoramento que contempla 21 indicadores. Nesta análise, são considerados os fatores ambientais, socioambientais e governança de cadeia de valor. Esses dados são coletados em campo, pelos diferentes elos da cadeia. Juntamente com ações de geomonitoramento, são medidas e avaliadas a contribuição do mecanismo para os territórios em que atua (IMAFLORA, 2018).

# Seção II

## ESTUDOS DE CASO

### CASE: NATURA<sup>6</sup>

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	UEBT
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2018
QUANTIDADE DE CASTANHA ADQUIRIDA POR ANO	20 a 70 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Perfumaria e cosméticos
SETOR	Industrial



### A empresa

A Natura é a maior multinacional brasileira do setor de cosméticos e em 2019 completou 50 anos de existência. A empresa ampliou sua atuação a partir da aquisição das marcas Aesop, The Body Shop e Avon, em 2012, 2017 e 2020, respectivamente, formando, assim, a Natura & Co, e tem como finalidade “nutrir beleza e relações para uma melhor maneira de viver e fazer negócios”. A Natura, especificamente, enquanto componente da Natura & Co, envolve 6,6 mil colaboradores, com atuação no mercado nacional e em mais sete países (Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, França, México e Peru). No Brasil, possui uma clientela considerável, o que se apresenta a partir de sua plataforma online, com mais de 5 milhões de consumidores, sendo que essa estratégia de vendas foi adotada, de modo análogo, pela Argentina, Chile, Estados Unidos e França (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2020; NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

6. Este estudo de caso foi elaborado a partir de levantamento de dados secundários e com base em entrevista realizada pelo Instituto Terroá com os funcionários da Natura José E. Oliveira Neto e Raoni N. da Silva (ambos Analistas de Suprimentos/Gerência de Relacionamento e Abastecimento da Sociobiodiversidade/GRAS).

## Os produtos da sociobiodiversidade e a relação com as comunidades agroextrativistas

Os produtos da sociobiodiversidade utilizados na fabricação de cosméticos da Natura relacionam-se principalmente à linha Ekos (presente no mercado desde 2000) e, de forma menos expressiva, outras submarcas se utilizam dessas matérias-primas na composição de seus produtos, sendo os principais andiroba, murumuru, maracujá, ucuuba, castanha, breu branco, açaí, patauí, cupuaçu, copaíba, pataqueira, estoraque, priprioca, fevillea, cacau e jatobá. Em 2011, a empresa inaugurou o Programa Amazônia, a fim de subsidiar ações para a promoção da floresta em pé e para o combate às mudanças climáticas, o qual possui as seguintes linhas-de-ação: (1) ciência, tecnologia e inovação; (2) cadeias produtivas da sociobiodiversidade; e (3) fortalecimento institucional. Este programa tem o propósito de favorecer “a conservação e a regeneração ambiental; a inclusão social, a diversidade e a geração de trabalho e renda; a valorização da cultura amazônica, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas” (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

**Não existe um produto da sociobiodiversidade de destaque** em termos de volume adquirido anualmente, pois está condicionado a fatores como o comportamento da safra das espécies vegetais envolvidas ou à diminuição de demanda por conta do cliente final. A Natura, por meio de suas ações com foco na sustentabilidade, contribuiu, até o momento, para a conservação de **1,8 milhão de hectares** de floresta (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

São **5,6 mil famílias** fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade para a Natura – 81% delas habitam a região amazônica brasileira, a maioria originária dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia; 17,8% dos insumos consumidos pela Natura são provenientes da Pan-Amazônia (NATURA, 2019). As seguintes organizações sociais são fornecedoras de castanha-do-brasil para a Natura na atualidade e seguem os padrões preconizados pela UEBT: Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA<sup>7</sup> (RO), Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer/Coopavam (MT), Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru/Comaru (AP) e Associação dos Agropecuários de Beruri/ASSOAB

7. Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado.

(AM). As quatro organizações possuem agroindústria associada, sendo que as três primeiras entregam o óleo da castanha diretamente à Natura; a ASSOAB entrega a castanha seca, desidratada e embalada, mas ainda não possui a usina específica para a extração do óleo. A empresa adquire em **óleo, em média, de 20 a 70 toneladas/ano** (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A Coopavam, por sua vez, possui uma relação de parceria de quase 10 anos com a Natura, que se efetua a partir de contratos trienais. A cada ano, ela antecipa 30% do valor contratado para despesas de capital de giro. O preço pago pela Natura à Coopavam não tem um diferencial significativo, mas é muito importante do ponto de vista de venda de derivados quando o mercado de amêndoas está saturado de produto e com preços muito baixos, como tem ocorrido nos últimos anos. No tocante aos desafios para a Coopavam atingir os benefícios relacionados ao padrão UEBT, se encontram: a garantia da rastreabilidade completa da cadeia da castanha, a elaboração de planilhas de custos de produção abertas, a manutenção da transparência nos preços praticados com parceiros extrativistas, a realização de auditorias em comunidades indígenas imersas na floresta, entre outros aspectos (NUNES, 2020).

A relação entre as comunidades agroextrativistas e a Natura tem sido firmada por meio de **contratos**. A repartição de benefícios é um dos principais elementos verificado pelos pilares do comércio justo e conservação da biodiversidade. Algumas comunidades possuem mecanismos de fundos de repartição, e investem esse recurso em projetos de uso e conservação da biodiversidade nas comunidades do entorno (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A relação entre as comunidades agroextrativistas e a Natura tem sido firmada por meio de **contratos**. A repartição de benefícios é um dos principais elementos verificado pelos pilares do comércio justo e conservação da biodiversidade. Algumas comunidades possuem mecanismos de fundos de repartição, e investem esse recurso em projetos de uso e conservação da biodiversidade nas comunidades do entorno (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

As comunidades têm sido remuneradas, portanto, não somente em relação ao fornecimento de produtos, mas também pelas colaborações realizadas durante a fase de pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com a política de sustentabilidade dos recursos da sociobiodiversidade da empresa, se investe, também, em infraestrutura, capacitações, compras de crédito de carbono, que somam ao volume total encaminhado anualmente. Em 2018, as comunidades fornecedoras receberam um montante de R\$ 36 milhões, o que tem permitido uma renda média familiar de R\$ 3 mil. Neste cenário, em 2018, foi estruturado o **Fundo de Desenvolvimento Sustentável da COMARU**, denominado Fundo Iratapuru – um mecanismo de repartição de benefícios, que tem como principal objetivo financiar projetos voltados à sustentabilidade e à conservação das florestas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru (RDSI), no Amapá, e das comunidades do entorno. Para isso, foi criado um comitê gestor que abrange diversas entidades atuantes na região (FUNDO IRATAPURU, 2020; NATURA, 2019a).

### **A relação com Padrões de Sustentabilidade – o caso UEBT**

A certificação UEBT é, atualmente, o principal mecanismo de diferenciação que orienta a relação entre a empresa e as comunidades fornecedoras de produtos da sociobiodiversidade. A Natura se tornou membro fundadora da UEBT em 2007, e atua nesta organização como conselheira na temática da sociobiodiversidade. Anteriormente, a empresa realizou estudos comparativos dos diferentes tipos de certificação aplicadas à produtos florestais não-madeiros para, então, decidir pela UEBT (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).



A Natura possui um sistema de verificação próprio, responsável por tratar dos temas relativos à UEBT, que faz o acompanhamento e verificação UEBT nas comunidades, anualmente. Os pré-requisitos da UEBT se alinham a três eixos principais: (i) comércio justo; (ii) desenvolvimento comunitário; e (iii) respeito à sociobiodiversidade. Os procedimentos adotados nesses eixos englobam múltiplos níveis e subtemas, como aspectos organizacionais, jurídicos e gerenciais das organizações sociais, questões educacionais, boas práticas de manejo, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), sendo que um plano de ação é

elaborado pela auditoria (tanto para as comunidades quanto para a empresa), o qual, anualmente, é monitorado e reformulado, de acordo com a realidade local. A verificação nas comunidades, por sua vez, envolve o preenchimento de formulários, questionários e documentos dos fornecedores. Nessa avaliação, devem ser atendidos os requisitos mínimos da **norma de biocomércio ético da UEBT**<sup>8</sup>, que são: conservação da natureza, uso sustentável, repartição justa e equitativa dos benefícios, sustentabilidade socioeconômica, conformidade com as leis, respeito aos direitos dos atores, clareza em relação à posse da terra (NATURA, 2019a; NATURA, 2019b; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020, UEBT, 2014).

8. Informações adicionais sobre a norma de biocomércio ético da UEBT podem ser encontradas em: <https://static1.squarespace.com/static/58bfcf22994ca36885f063e1/15d3080bcfc077d00017ef280/1563459773412/Portuguese.pdf>

A adoção desta certificação foi eleita por alinhar-se à visão de negócios da empresa; relaciona-se, desse modo, ao desenvolvimento do comércio justo com as comunidades, à adoção de boas práticas de manejo florestal, à questão de acesso e repartição de benefícios do patrimônio genético, à organização social e às práticas de segurança no trabalho, à questão ambiental, à rastreabilidade das matérias-primas e ao desenvolvimento comunitário (NATURA 2019a; NATURA, 2019b; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

A certificação UEBT **tem possibilitado a utilização de um mecanismo uniforme e centralizado para o desenvolvimento da relação entre empresas e comunidades**; é um instrumento importante que permite a obtenção de uma análise clara e estruturada ao longo dos anos. Ademais, **tem auxiliado à empresa a tomar decisões de forma mais segura diante do estabelecimento de novas parcerias**. As verificações realizadas pela UEBT se relacionam com ações complementares voltadas para a sustentabilidade das cadeias da sociobiodiversidade nas comunidades que a Natura atua (NATURA, 2019a; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Neste contexto, em 2018, foram feitos treinamentos sobre segurança do trabalho, desenvolvimento organizacional e boas práticas de produção para cerca de 350 comunitários; junto ao Sebrae, foram realizados dois encontros envolvendo os fornecedores, cuja temática abordou a relação entre o mundo dos cosméticos, a sociobiodiversidade amazônica, tendências do mercado e a questão da conservação ambiental; em parceria com a empresa Symrise (instalada no Ecoparque, em Benevides, PA) e a Cooperação Alemã

para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), cerca de 150 famílias foram capacitadas sobre regularização ambiental e acesso ao Cadastro Ambiental Rural (CAR). Esta iniciativa tem seu foco de ação nas regiões da Transamazônica, nordeste do Pará e Ponta do Abunã (RO), com o objetivo de desenvolver novas cadeias produtivas e facilitar o desenvolvimento organizacional das comunidades, entre outros aspectos (NATURA, 2019a).

Vale mencionar que o selo UEBT é novo e tem sido vinculado nas embalagens dos produtos e na revista da Natura; porém, ainda é **pouco conhecido pelos consumidores**. Em virtude disso, a empresa vem desenvolvendo campanhas de comunicação voltadas ao público consumidor em diversos meios (redes sociais, informativos, revistas), além do trabalho de divulgação feito pelas consultoras da Natura. Esta divulgação tem destacado os benefícios da adoção de tal medida, principalmente no que diz respeito ao compromisso com o desenvolvimento de relações éticas, à conservação da biodiversidade e ao respeito à sociobiodiversidade (OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

Em 2014, foi obtida a certificação como B Corp – uma rede mundial de companhias comprometidas com a aliança entre crescimento econômico e bem-estar social e ambiental; em 2018, a Natura obteve duas certificações relacionadas à ausência da realização de testes em animais – o selo *Leaping Bunny*, da *Cruelty Free International*, e a certificação da *Peta* – *People for the Ethical Treatment of Animals* (NATURA 2019a; NATURA, 2019b OLIVEIRA NETO; SILVA, 2020).

## Parcerias e projetos

As parcerias com organizações de diversos setores têm sido realizadas com foco no conceito de desenvolvimento territorial. Entre elas estão a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), projeto Saúde e Alegria, EMATER, IMAFLORA, Secretarias do Meio Ambiente/SEMA do Amapá e do Pará, entre muitas outras. Na região do Médio Juruá (Amazonas), a empresa atua conjuntamente com ICMBio, USAID, Associação dos Produtores Rurais



de Caruari/ASPROC, e outras entidades do setor privado, onde tem apoiado projetos educacionais com enfoque na redução de resíduos sólidos e coleta seletiva (PROJETO, 2019). No nordeste paraense, se relaciona com o Instituto Federal do Pará para formação em agroecologia. Com as universidades, o foco é no desenvolvimento de pesquisas no setor de inovação. (NATURA, 2019a).

Entre as diversas iniciativas em curso fomentadas pela empresa, em 2018, em colaboração com organizações amazônicas, foram desenvolvidas as plataformas Parceiros pela Amazônia/PPA e AmazôniaUp, que objetivam impulsionar o empreendedorismo de negócios sustentáveis provenientes de sistemas agroflorestais. Além do mais, foi elaborada uma plataforma colaborativa para que outras empresas possam investir em compensação de gases de efeito estufa (GEE) de suas ações, com base na experiência adquirida pela empresa na implementação do *Programa Carbono Neutro* na última década.

Este programa se desdobrou em uma outra iniciativa denominada *Carbono Circular* – o primeiro projeto da própria empresa de pagamento pela compensação de carbono dentro da cadeia produtiva. Viabilizou-se, até o momento, por meio da remuneração das famílias de agricultores do projeto RECA pelo serviço de conservação ambiental, a partir da diminuição do desmatamento nas 126 propriedades inclusas. Entre 2013 e 2016, a taxa de desmatamento para este território foi de 0,93%; a meta é chegar ao desmatamento zero na RECA ao final dos 25 anos de projeto (NATURA, 2019a).

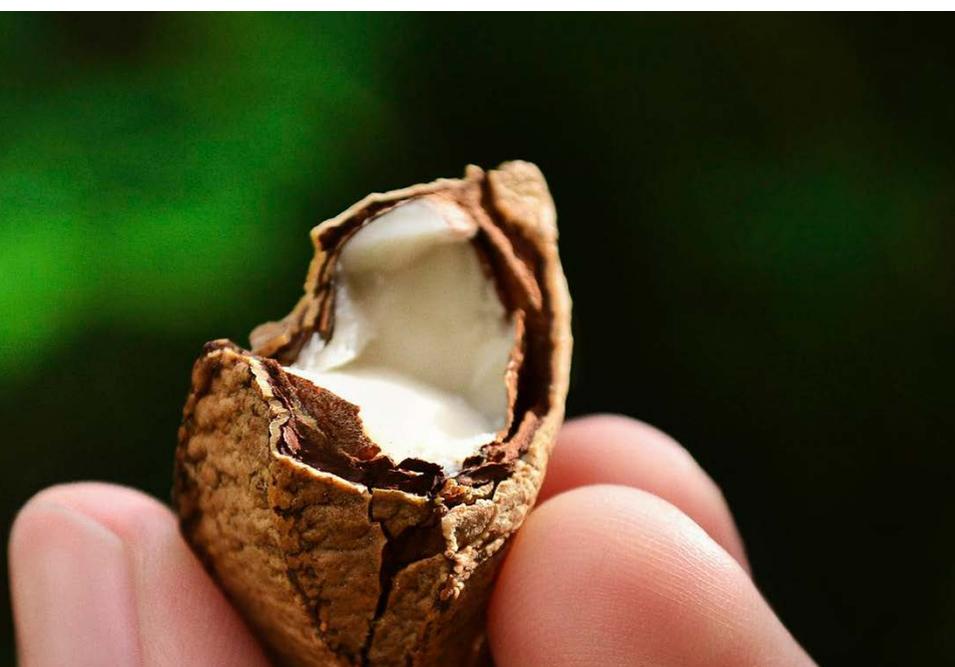


Foto. Natura

# CASE: WICKBOLD<sup>9</sup>

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	Origens Brasil <sup>®</sup>
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2015
QUANTIDADE DE CASTANHA ADQUIRIDA POR ANO	350 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Alimentos
SETOR	Industrial



## A empresa

A Wickbold é uma empresa nacional do setor alimentício especializada na fabricação de pães, fundada no final da década de 1930 na cidade de São Paulo, a partir de uma família de imigrantes alemães. Em 1968, foi estabelecida a marca Wickbold; em 1972 é inaugurada a primeira fábrica na Vila Santa Catarina (SP); Já em 1986, foi construída a sede administrativa e uma nova unidade fabril em Diadema (SP). Hoje em dia, esta fábrica ainda está em operação, junto a duas outras unidades – uma em Hortolândia (SP) e outra na capital do Rio de Janeiro (WICKBOLD, 2020a).

A companhia lançou a linha Grão Sabor em 1995, que é voltada para a produção de pães integrais, incluindo a castanha-do-brasil entre seus ingredientes. Atualmente, oferece um portfólio de produtos variados, entre pães de diferentes linhas, torradas e biscoitos. Além disso, investe nas demais submarcas a partir de variados tipos de castanha e nozes, como a castanha de caju, proveniente do Nordeste, a macadâmia, do Sudeste, e a noz pecan, do Sul e Centro-Oeste



9. Este estudo de caso foi elaborado a partir do levantamento de dados secundários e de entrevista com Thiago Valença – Gerente de Suprimentos da Wickbold.

(WICKBOLD, 2020).

## **A Wickbold e a relação com as comunidades agroextrativistas**

A relação entre a Wickbold e o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) teve início em 2015, com a obtenção do selo Origens. A iniciativa partiu do Imaflora, que estava em busca de empresas compradoras de castanha e estivessem interessadas em agregar potencialidades aos seus produtos, referentes à questão socioambiental. As primeiras compras foram efetuadas com os comunitários da Terra do Meio/Xingu. Atualmente, a companhia possui fornecedores de castanha de três territórios, que são: Xingu (Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, Reserva Extrativista Rio Iriti, Reserva Extrativista Rio Xingu<sup>10</sup> e Terra Indígena/TI Xipayaya); Calha Norte (Territórios Quilombolas Alto Trombetas I, Alto Trombetas II, Área Trombetas, Erepecuru, Projeto de Desenvolvimento Sustentável Paraíso (PDS Paraíso), TI Trombetas Mapuera); e Rio Negro (TI Wai Wai), representadas por 12 associações ou grupos<sup>11</sup> (ORIGENSBRASIL, 2018; VALENÇA, 2020).

No corrente ano, a empresa fechou contrato com as comunidades extrativistas para o fornecimento de 7 mil hectoslitros<sup>12</sup> de castanha, o que corresponde a um total de 350 toneladas (VALENÇA, 2020). Por seu turno, os Wai Wai, de 2017 a 2019, comercializaram 150 toneladas de castanha para a Wickbold, sendo que o valor de venda esteve entre 76% a 100% a mais do que a média do mercado regional. Nesta TI, são 200 famílias envolvidas, que estão sendo vinculadas ao selo Origens Brasil® (ISA, 2019a).

## **O processo de transformação da castanha – das comunidades à fábrica**

A castanha é retirada das comunidades com casca e segue para os processadores, sendo que grande parte deles se encontra em Belém (PA), onde o produto é descascado, desidratado e embalado à vácuo. Na sequência, segue para uma empresa em Marília (SP), que foi desenvolvida para fazer o mesmo com amendoim e macadâmia, entre outros tipos de nozes e amêndoas. O local também é responsável pela limpeza do produto, a retirada de impurezas e resíduos presentes nos lotes, além da granulação das castanhas em 20 mm.

10. A Terra do Meio é um território localizado no centro-sul do Pará, formada por áreas protegidas - Unidades de Conservação e Terras Indígenas, a saber: Reserva Extrativista (Resex) do Rio Iriti, Resex Riozinho do Rio Anfrísio, Resex Rio Xingu, Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo e as Terras Indígenas Cachoeira Seca, Xipayaya, Curuaya, ligadas por uma malha de rios. O extrativismo é fundamental para que essas comunidades resistam às frentes desenvolvimentistas vinculadas às madeiras e à pecuária ilegal. As Resex possuem, em média, 300 famílias, localizadas a cerca de 400 km de Altamira (ISA, 2016).

11. As organizações sociais e grupos envolvidos neste processo comercial são: no território do Xingu - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio (Amora); Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Xingu (Amomex); Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriti (Amoreri); Associação Pyjahry (da TI Xipayaya); no território da Calha Norte - Associação do Alto Trombetas (Acorqat); Associação de Erepecuru (Acorqe); Associação da Área Trombetas II (ACRQAT); Associação do Projeto de Assentamento de Desenvolvimento Sustentável PDS - Paraíso (Aparai); Associação dos Povos Indígenas Wai Wai (APIW); Associação Mãe Domingas; no território do Rio Negro - Associação do Povo Indígena Wai Wai Xaary (APIWX) e Extrativistas da Comunidade Anual (ORIGENSBRASIL, 2018).

12. 1 hectolitro corresponde a 50 kg do produto (TOMASTI, 2016).

Depois disso, é embalada à vácuo e destinada às fábricas. Em Belém, não existe ainda uma empresa que faça este serviço de limpeza e granulagem. Um desafio presente neste processo é o de diminuir a pegada de carbono (VALENÇA, 2020).

### **A relação com Padrões de Sustentabilidade – o caso Origens**

A Wickbold adquiriu o selo Origens vinculado à obtenção de castanha-do-brasil para seus produtos, principalmente, para pães. O selo permitiu uma aproximação entre a empresa e as comunidades, sendo que funcionários designados da companhia fazem visitas constantes às comunidades fornecedoras. Entre os principais benefícios de adesão ao sistema Origens Brasil®, percebidos pela empresa estão: a aquisição de castanha das comunidades de forma segura e transparente; e a rastreabilidade da produção e o preço justo. Neste sentido, a empresa tem interesse em ampliar a parceria com esta rede para o restante da compra de castanha (30% da castanha comprada está atrelada ao selo Origens) e demais produtos. É o início de um projeto maior, a médio e longo prazo (VALENÇA, 2020).

O selo, até o momento, não promoveu o aumento das vendas do produto, no qual a castanha é utilizada (Grão Sabor Castanha-do-Pará e Quinoa – Wickbold). Esta linha de pães está no mercado há mais de 10 anos, e desde então apresenta um volume de vendas importante. A empresa foi pioneira em usar este ingrediente no pão. Nos últimos anos, houve uma leve queda de venda desse produto, mas, ao mesmo tempo, a companhia lançou diversas outras submarcas contendo nozes e castanhas diversas entre seus ingredientes. Vale salientar que a adesão ao selo não incidiu em aumento do valor do produto; o mesmo recai sobre o custo geral da empresa (VALENÇA, 2020).

Por sua vez, a castanha-do-brasil, comparada com outras nozes e castanhas utilizadas na fabricação de pães, é a mais cara. As comunidades participantes não possuem o volume do produto demandado anualmente pela empresa, e assim se faz compra de outros grupos. No momento, não é viável para que toda a castanha-do-brasil comprada pela empresa esteja associada ao selo Origens, devido ao custo atrelado a este processo. Também não foi possível ainda fazer a separação da castanha obtida via selo Origens do modelo convencional, proveniente de grandes processadoras, por uma questão de



Foto: Aloyana Lemos (Imaflora)

logística. A ideia é fortalecer essa experiência piloto, para ampliá-la, com sustentabilidade econômica, aos poucos (VALENÇA, 2020).

Um diferencial relacionado ao sistema Origens Brasil® é o sistema de governança adotado, composto pelos comitês territoriais, empresas e por um conselho geral. Os comitês territoriais são compostos por organizações parceiras e de atuação significativa de caráter local e regional. Os mesmos são responsáveis por supervisionar e monitorar as iniciativas no território e, deste modo, são imprescindíveis para viabilizar o funcionamento do mecanismo com um todo. O Instituto Socioambiental (ISA) compõe o comitê territorial do Xingu, e nesta região tem se destacado um sistema conhecido como “rede de cantinas” (MANUAL, 2020; ORIGENSBASIL, 2018).

A rede de cantinas é uma tecnologia social - um processo de organização para comercialização de produtos da sociobiodiversidade entre indígenas e ribeirinhos na região da Terra do Meio, território do Xingu - onde se encontram diversas áreas protegidas, de acesso remoto, em uma área que engloba mais de 8 milhões de hectares de floresta. Esta organização iniciou-se em 2010, e tem como propósito melhorar a renda das famílias envolvidas, com base no comércio justo e no respeito aos modos de vidas das populações tradicionais, com apoio de organizações como o ISA e o Imaflora. Desde então foram desenvolvidos estudos sobre o potencial de comercialização de produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) e contratos comerciais para a venda da borracha, óleo de copaíba, castanha, mesocarpo do coco de babaçu, entre outros produtos (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017).

Posteriormente, foram criadas as cantinas (entrepósitos comerciais para a entrega da produção e para disponibilizar produtos aos comunitários enquanto trabalham na coleta). O capital de giro tem sido fomentado pelas empresas parceiras e por meio de recursos oriundos de projetos, o que permite disponibilizar mercadorias para as famílias enquanto trabalham durante o período da safra. Cada cantina possui seu próprio administrador, denominado “cantineiro”, a partir da organização comunitária de cada localidade e região. Também tem sido realizado um evento denominado “Encontro de Cantineiros”, a fim de favorecer a troca de experiências e conhecimentos entre os grupos. Atualmente, são 27 cantinas que compõem a “Rede de Cantinas da Terra do Meio”, com a participação de 15 associações indígenas e ribeirinhas, com 8 mini usinas de processamento de PFNMs instaladas (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2017; ISA, 2016; ISA, 2019b).

Em outubro de 2019, houve o primeiro encontro geral relacionado ao selo Origens, em Alter do Chão (PA), com representantes de todos os territórios, o que envolveu 150 pessoas, entre órgãos do governo, empresas e comunidades. A Wickbold tem participado anualmente da Semana do Extrativismo (Semex) do Xingu – que reúne indígenas e ribeirinhos para dialogar sobre gestão territorial e produção (VALENÇA, 2020; ISA, 2019b).

## **Parcerias e projetos**

Além do engajamento da Wickbold em encontros oportunizados pelo sistema Origens Brasil<sup>®</sup>, a instituição tem participado de iniciativas que envolvem outros temas, como, por exemplo, o desenvolvimento de embalagens recicláveis, com apoio de startups. Há também um diálogo em curso com a Federação das Indústrias do Estado de SP (Fiesp), que se remete às nozes e castanhas brasileiras. No que diz respeito à responsabilidade socioambiental, a empresa tem promovido programas de combate à desnutrição, a partir da destinação de parte de seus produtos selecionados para análise de controle de qualidade para alguns bancos de alimentos situados no estado de São Paulo e Rio de Janeiro, e possui um programa de voluntariado denominado “Envolvimento”, com base na adesão de indivíduos interessados em desenvolver atividades em asilos, instituições sociais etc (VALENÇA, 2020; WICKBOLD, 2020).

## CASE: COOPAVAM<sup>12</sup>

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	Orgânicos
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2010
QUANTIDADE DE CASTANHA ADQUIRIDA POR ANO	100 a 120 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Alimentos Cosméticos
SETOR	Agroindústria



### A cooperativa

A Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam), localizada no município de Juruena (noroeste do Mato Grosso<sup>13</sup>) e fundada em 2008, surgiu de um coletivo de agricultores do assentamento Vale do Amanhecer com o objetivo principal de desenvolver negócios sustentáveis a partir dos produtos florestais não-madeireiros, com base nos princípios da economia solidária. O **assentamento Vale do Amanhecer** possui uma Reserva Legal (RL) comunitária com mais de **7 mil hectares de floresta conservada**, e o extrativismo da castanha-do-brasil é de grande importância para seus habitantes. Conta, atualmente, com 50 sócios, sendo que uma parte deles se dedica ao trabalho na unidade industrial, e a outra à coleta da castanha na área da RL (COOPAVAM, 2020; NUNES, 2020).

Por sua vez, a atuação da Coopavam, ao longo dos anos, aumentou sua abrangência ao firmar parcerias com outros grupos coletores de castanha presentes na região noroeste do MT e adjacências, o que engloba, atualmente, cerca de 500 extrativistas e 200 famílias. Este território inclui as seguintes Terras Indígenas (TIs): (i) Apiaká-Kayabi (situada em Juara-MT, habitada pelos povos Apiaká, Kawaiwete e Munduruku); (ii) Sete de Setembro (localizada entre os estados do Mato Grosso e Rondônia, habitada pelo povo Suruí Paiter); (iii) Aripuanã (situada nos municípios de Aripuanã e Juína-MT, habitada pelos Cinta Larga e povos isolados); e (iv) Zoró (localizada no município de Rondolândia-MT, habitada pelos Zoró e povos isolados). Além dos povos indígenas, nos últimos anos, agricultores familiares

12. Este estudo de caso foi elaborado a partir de dados secundários e de entrevista realizada com Paulo César Nunes (coordenador de projetos da Coopavam).

13. A região do noroeste do Mato Grosso se insere numa região denominada "arco do desmatamento" - uma das fronteiras florestais que tem sofrido há décadas com o avanço do desmatamento em decorrência de interesses econômicos, como a expansão da pecuária, a exploração mineral e de madeira. Este extenso território, que engloba os municípios de Aripuanã, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína, Juruena e Rondolândia, faz divisa com o estado de Rondônia a oeste e fronteira com o estado do Amazonas ao norte. Possui uma área total de 130 mil km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 180 mil pessoas. Encontra-se inteiramente no bioma Amazônia e abrange diversas unidades de conservação, Terras Indígenas e assentamentos de reforma agrária (FUNDO AMAZÔNIA, 2020; NUNES, GONÇALVES, ARAÚJO, 2020).

de assentamentos da região também forneceram castanha para a cooperativa, entre eles os Projetos de Assentamento (PA) Juruena e o Nova Cotriguaçu, ambos situados em Cotriguaçu (MT) (COOPAVAM, 2020; NUNES, 2020).

## **Certificações obtidas pela Coopavam**

A Coopavam obteve a certificação orgânica em 2010, por verificação de terceira parte via Ecocert, e desde então a mantém de forma ininterrupta. Há cinco anos estão certificadas as TIs Apiaká-Kayabi e Aripuanã, além da RL do Vale do Amanhecer que já era certificada desde 2010. A ideia é que as outras TIs sejam também certificadas nos próximos anos. A opção pela certificação orgânica ocorreu, em um primeiro momento, na expectativa de alcançar um melhor valor de venda da castanha no mercado, além do fato de existir, à época, um número pequeno de grupos extrativistas certificados de castanha na região amazônica. O processo, de modo geral, não garantiu uma melhora no valor das vendas, mas promoveu avanços significativos para a instituição, como o aprimoramento das questões organizacionais e de rastreabilidade da cadeia produtiva, o que favoreceu a efetivação de parcerias com novas empresas que exigem a certificação e o atendimento aos Padrões de Sustentabilidade (NUNES, 2020).

A viabilização da certificação orgânica, durante um determinado período, ocorreu por meio do apoio de alguns projetos financiados por organizações como PNUD, Petrobras, Fundo Amazônia e *Climate and Land Use Alliance/Clua*. Houve momentos em que a cooperativa não dispunha de apoio de projetos, e arcou por conta própria com o pagamento das auditorias anuais da certificação. O valor associado a esta certificação é variável em decorrência de diversos fatores, como o volume da produção de castanha do período em questão, número de pessoas na floresta, acesso às comunidades extrativistas etc. (NUNES, 2020).

A Coopavam é a organização que fornece, anualmente, a maior quantidade de óleo de castanha para a Natura e, deste modo, está em conformidade com

as exigências da certificação UEFT. A empresa tem investido em negócios envolvendo produtos da sociobiodiversidade na região, e a expectativa da cooperativa é de aumentar o volume de vendas da castanha para a Natura. Ademais, a cooperativa está em processo de análise para a obtenção do selo Fairtrade, com o intuito de atingir o mercado internacional. Está prevista a primeira venda para Suíça e Holanda para o mês de maio de 2020, por meio da certificação orgânica internacional, via Ecocert (NUNES, 2020).

### **Produção de castanha e acesso ao mercado**

A Coopavam **comercializa, anualmente, em média, de 100 a 120 toneladas de castanha beneficiada** (uma parte em óleo para a fabricação de cosméticos, outra para consumo alimentar) e possui, atualmente, 40 empresas que são suas clientes. Entre as TIs produtoras de castanha, a Zoró e a Aripuanã são as que têm fornecido o maior volume. A associação da TI Sete de Setembro, do povo Paiter Suruí, vinculada à cooperativa, na atualidade, é a Metareila. Atualmente, o preço pago pela Coopavam pelo kg da castanha aos seus fornecedores é de R\$ 6/kg, enquanto no restante da região amazônica, de modo geral, este valor é de, no máximo, a metade; o kg da castanha beneficiada vendida pela Coopavam encontra-se em torno de R\$ 35/kg (NUNES, 2020).

A instituição, por sua vez, possui uma relação de parceria de quase 10 anos com a Natura, que vem se efetuando a partir de contratos trienais. A cada ano, ela antecipa até 30 % do valor contratado para despesas de capital de giro. Atualmente, a Natura está em fase de ajustes para firmar um acordo de repartição de benefícios com o povo indígena Cinta Larga, pelo direito de usar seu conhecimento tradicional (NUNES, 2020).

O funcionamento da instituição, ao longo dos anos, tem sido viabilizado por meio de projetos, em parceria com organizações nacionais e organismos de cooperação internacional. Para isso, adquiriu experiência e conhecimentos importantes para obter apoio e financiamentos e desenvolveu ferramentas de transparência na comercialização da castanha entre produtores e compradores, de forma direta. A cooperativa tem se reunido com agricultores do assentamento, com as comunidades indígenas, efetuado contratos



entre as partes – ação inexistente até então na região (NUNES, 2020).

Assim, baseada nessas práticas, a cooperativa tem promovido a construção de laços de confiança entre os diferentes elos da cadeia. Ademais, tem garantido preço fixo para o kg da castanha e eliminou, nos territórios em que efetuou parcerias, a figura do atravessador. Por sua vez, o estabelecimento de contratos favoreceu uma melhor negociação até mesmo com outros compradores de castanha nestas regiões, fortalecendo o poder de negociação das comunidades envolvidas (NUNES, 2020).

Por meio do **Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso (PRODEIC)**, criado pela Lei n. 7958/2003, regulamentada pelo Decreto 1432/2003, a Coopavam, desde sua criação, **obteve benefícios fiscais via isenção do ICMS**, o que está garantido até 2022. Esse benefício foi repartido com os indígenas fornecedores da cooperativa, aumentando, assim, o valor da castanha na floresta. O governo vem lentamente reduzindo esse benefício, mas ainda é muito significativo para a organização, o que possibilita, entre outros fatores, que ela pague o melhor preço na floresta pelo kg da castanha, em toda região amazônica e na América do Sul (NUNES, 2020; SANTOS, 2013).

Vale salientar a importante relação estabelecida entre a **Coopavam** com a **Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)**<sup>14</sup> desde 2008 – empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) com apoio inicial do Programa das

<sup>14</sup> A Conab tem a missão de promover a garantia de renda ao produtor rural, a segurança alimentar e nutricional e a regularidade do abastecimento, gerando inteligência para a agropecuária e participando da formulação e execução das políticas públicas. Executa ações e programas de Abastecimento Social como: Atendimento Emergencial, Ajuda Humanitária Internacional, Doação de Cestas, Distribuição de Cestas e Vendas em Balcão. Para maiores informações, consultar: <https://www.conab.gov.br/institucional>.

Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Em 2017, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de apoio à formação de estoque pela agricultura familiar, foi investido cerca de R\$ 1 milhão em cinco contratos com organizações sociais de pequenos produtores no estado de Mato Grosso, o que incluiu, além da Coopavam, a Associação dos Moradores Agroextrativista da Resex Guariba Roosevelt Rio Guaíba (Amorarr), a Associação Indígena Rikbaktsa Tsirik e a Amca. Os recursos foram usados para a formação de estoque de mais de 700 toneladas de castanha (CONAB, 2017; NUNES, 2020).

Esta parceria durou cerca de oito anos, de modo intermitente, sendo que a cada ciclo houve aumento no valor pago pela castanha. Dada a relevância e complexidade desses contratos, esses eram executados, anualmente, a partir de uma equipe exclusiva formada pela Coopavam, técnicos e demais parceiros. Para este ano, dois projetos foram aprovados, mas, até o momento, não foram liberados os recursos. São projetos com volume de recursos muito inferior aos anteriores, que, somados, não alcançam R\$ 100 mil (NUNES, 2020).

As associações de mulheres e de agricultores do município de Juruena também foram inclusas neste apoio da Conab. Cada uma das associações tinha seu projeto específico, mas também trabalhavam de forma colaborativa, trocando produtos e conhecimentos para atender a demanda do contrato via Conab. Nos dias de hoje, ainda existem pequenos projetos em curso com a Conab de duas associações de Juruena, mas que representam muito pouco em relação ao que foi executado em anos anteriores pela Coopavam e demais parceiros (NUNES, 2020).

Visando melhorar o desempenho da cooperativa, em 2017, foi criado o “**Fundo Rotativo Solidário**”, com apoio da Clua, que investiu R\$ 400 mil para alavancar a proposta. A ideia foi desenvolvida pela Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur), em parceria com a Coopavam e a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônia (Amca). Este mecanismo tem possibilitado à cooperativa ter um capital de giro no início da safra, ou seja, realizar empréstimo do fundo e pagar à vista todos seus fornecedores – algo até então inédito para essas organizações. Este fundo possibilitou à organização o desenvolvimento de negócios de modo mais estável entre a cooperativa e os fornecedores, agregou novas parcerias e

despertou o interesse de novos fornecedores e, assim, aumentou sua escala de negócios. O Fundo foi investido novamente este ano pela terceira safra consecutiva de castanha do Brasil e passou por uma avaliação recente, contratada pelo apoiador, para entender sua eficácia no desenvolvimento desta cadeia de valor na região (NUNES, 2020; POÇO DE CARBONO JURUENA, 2019).

Os processos relacionados à rastreabilidade do produto avançaram de forma expressiva ao longo desses doze anos de existência da Coopavam; inicialmente foi necessário desenvolver um trabalho intensivo nas comunidades, para montar essa rede de fornecedores. Hoje este processo está bem avançado, é feito o pagamento à vista na pesagem da castanha para entrega, e o coletor já recebe o recurso neste momento. Isso se deu com muito investimento de diversos projetos em campo, equipes técnicas, processos formativos etc. (NUNES, 2020).

A Coopavam tem trabalhado em cooperação com entidades nacionais e da cooperação internacional ao longo de mais de uma década de atuação. Entre elas, estão: Incra, Conab, MDA, GEF, Pnud, Clua, Petrobras, Secretaria de Meio Ambiente do MT, Funai; Associação Passapkareej do Povo Indígena Cinta Larga de Aripuanã, Associação do Povo Indígena Caiaby, Instituto Munduruku, Associação do Povo Indígena Apiacá, Associação do povo Zoró, Associação Metareilá do povo Suruí Paiter, Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena, AMCA, Sindicato de Trabalhadores Rurais de Juruena; Jasmine Alimentos Orgânicos, Natura & Co Indústria de Cosméticos; Universidade Federal do Mato Grosso/UFMT, Universidade Estadual do Mato Grosso/Uemat, entre outras (COOPAVAM, 2020; NUNES, 2020).

Em 2019, a Coopavam foi selecionada pela Conexsus (Instituto Conexões Sustentáveis), juntamente com demais 20 organizações, para a Jornada de Aceleração do Ciclo de Desenvolvimento de Negócios Comunitários Sustentáveis do Desafio Conexsus, que visa implementar novas soluções em gestão, comercialização e finanças, por meio de oficinas, seminários, consultorias e mentorias. Além de estar presente nesta iniciativa, a cooperativa tem participado de

vários coletivos que envolvem organizações como a Embrapa, Serviço Florestal Brasileiro, além de fóruns e redes no estado do Mato Grosso (CONEXSUS, 2019; NUNES, 2020).

Ainda, a organização, durante a sua trajetória, recebeu o Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODM Brasil, em 2012, a partir da prática *Amazônia viva: plantando e colhendo frutos para um mundo melhor*. O prêmio impulsiona ações, programas e projetos que colaboram para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, e conta com apoio do Pnud e do setor privado (COOPAVAM, 2020; NUNES, 2020; ODM BRASIL, 2020).

## Projetos executados e associados

### PROJETO SENTINELAS DA FLORESTA

A Coopavam executou o projeto “Sentinelas da Floresta”, entre 2014 e 2018, com apoio do Fundo Amazônia de aproximadamente R\$ 5 milhões, o qual teve como objetivo “fortalecer a cadeia da castanha-do-brasil, desde a coleta até o beneficiamento e comercialização, aumentando a renda das comunidades extrativistas que vivem de produtos florestais não-madeireiros no noroeste do estado do Mato Grosso”. As ações realizadas envolveram quatro povos indígenas (Apiaká, Caiaby, Munduruku e Cinta Larga), comunitários do assentamento Vale do Amanhecer e a AMCA. Abrangeu oito municípios do noroeste do Mato Grosso – Aripuanã, Brasnorte, Castanheira, Colniza, Cotriguaçu, Juara, Juína e Juruena (FUNDO AMAZONIA, 2020).

Ao longo dos 36 meses de execução do projeto, foram construídos barracões de armazenamento para a castanha e mesas de secagem nas comunidades contempladas; foi elaborado um plano de negócios a fim de ampliar o mercado de derivados da castanha; foram desenvolvidas capacitações técnicas em gestão e boas práticas de manejo de produtos florestais não-madeireiros (PFNMs); foram elaborados mapas dos castanhais das TIs Apiaká-Kayabi e Aripuanã; foram adquiridos veículos voltados para promover a logística da produção de castanha na floresta e nas unidades de beneficiamento; foram construídas novas fábricas – uma de beneficiamento de castanha para a Coopavam, e a outra para a produção de macarrão

e biscoitos de castanhas para a Amca (COOPAVAM, 2020; FUNDO AMAZÔNIA, 2020).

Além disso, foi durante a execução deste projeto que foram obtidas as três certificações de orgânicos, via Ecocert, para as TIs Aripuanã (2015) e Apiaká-Kayabi (2016) e para o assentamento Vale do Amanhecer (2017), e foi criada a marca comercial “Aruí” para os produtos derivados da castanha, além do desenvolvimento de três grandes seminários e a realização de um intercâmbio de experiências com o projeto Reça (RO) e com a Cooperacre (AC), entre outras iniciativas. Também, foi publicado e distribuído um material didático intitulado “Manual de boas práticas de manejo, coleta e beneficiamento da castanha-do-brasil”<sup>15</sup>, com a finalidade de facilitar a aprendizagem sobre o tema para o público beneficiário e demais interessados no extrativismo da castanha de forma sustentável (COOPAVAM, 2016; FUNDO AMAZÔNIA, 2020).

15. Esta publicação pode ser acessada em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/galleries/documentos/acervo-projetos-cartilhas-outros/Coopavam-Manual-boas-praticas-Castanha.pdf>

#### PROJETO POÇO DE CARBONO JURUENA

O projeto “Poço de Carbono Juruena (PCJ)” tem sido executado pela Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (Aderjur)<sup>16</sup> desde 2010, e possui dois eixos de ação principais: (1) a consolidação de modelos alternativos de uso e ocupação do solo por meio de sistemas agroflorestais; (2) extrativismo de PFNMs, via agregação de valor e de comercialização desses produtos. Este projeto visa o sequestro de carbono por meio da implementação de SAFs em áreas degradadas e a manutenção de estoque de carbono na floresta através da valorização dos produtos do extrativismo, com a conservação da biodiversidade. Desde então, o projeto executou três fases distintas (2010-2011; 2012-2014; 2018-2019). A Coopavam é uma das organizações sociais inclusas nesta proposta e, deste modo, tem se relacionado de forma direta com a Aderjur e com o PCJ (POÇO DE CARBONO JURUENA, 2020).

16. A Aderjur foi fundada em 1994, e tem por finalidade “realizar atividades que contribuam com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar rural na região de Juruena, possibilitando a melhoria da qualidade de vida para seus associados, beneficiários e parceiros”.

Entre 2009 e 2011 (primeira fase), o PCJ, via Aderjur, apoiou a elaboração de oito projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab, sendo quatro de compra com doação simultânea, e quatro de formação de estoque, o que envolveu a Coopavam e a Amca. Essas iniciativas possibilitaram, à época, o beneficiamento e a venda da castanha para a merenda escolar de seis municípios

da região noroeste do MT. No mesmo período, foi estabelecido o primeiro contrato trienal entre a Coopavam e a Natura, além da formalização de novas parcerias entre a cooperativa e comunidades indígenas. Outro resultado relevante para a Coopavam e para a Amca foi a possibilidade de participar de feiras nacionais e uma internacional, o que promoveu às organizações o estabelecimento de novas parcerias comerciais com empresas oriundas de vários estados do Brasil. Houve também aprendizados via intercâmbios para troca de experiências, entre muitas outras ações (NUNES; RUGNITZ; 2011).

Nas fases subsequentes do projeto, as ações colocadas em curso continuaram sendo apoiadas pelo PCJ (parceria com a Conab e com a Natura), assim como participação em eventos; houve o apoio para a conquista do Prêmio ODM-Brasil e para a obtenção de certificação orgânica; apoio ao desenvolvimento e aprovação da proposta ao Fundo Amazônia/ “Projeto Sentinelas da Floresta”; a promoção de equidade de gênero e empoderamento feminino junto à Coopavam e demais organizações parceiras; em 2018, a Aderjur conseguiu apoio da *Partnerships for Forests* para a Coopavam ampliar seu capital de giro, o que possibilitou também a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em três Terras Indígenas, o fortalecimento da rede de parceiros da cadeia e a expansão do mercado para os derivados da castanha (NUNES; RUGNITZ; 2015; NUNES, GONÇALVES, ARAÚJO, 2020).

## CASE: RECA<sup>17</sup>

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	Orgânicos
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2006
QUANTIDADE DE CASTANHA ADQUIRIDA POR ANO	5 a 10 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Perfumaria e cosméticos
SETOR	Agroindústria



17. Elaborado a partir de pesquisa em dados secundários e de entrevistas realizadas com Taysa Faltz Macedo (técnica agropecuária da Cooper – RECA) e Fábio Vailatti (vice-presidente e coordenador técnico da equipe técnica da Cooper – RECA).

### O projeto RECA

O Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado (Projeto RECA) situa-se no distrito de Nova Califórnia, Porto Velho, a 150 km de Rio Branco (AC) e a 350 km de Porto Velho (RO). Teve início na década de 1980, formalizando-se em 1989 por meio de uma associação, “com a missão de ser uma organização social, produtiva e de base familiar comunitária, referenciada pelo seu caminhar solidário que promove a sustentabilidade e o bem viver, respeitando a sociobiodiversidade da Amazônia e contribuindo para uma sociedade mais humana e justa” (PINTO et al., 2013). Além da associação, foi criada a Cooperativa Agropecuária e Florestal (Cooper-RECA) em 2006 para viabilizar a comercialização dos produtos do projeto (VAILATTI, 2020; SANTOS et al., 2018).

Os membros do RECA são agricultores imigrantes, provenientes da região sul, sudeste e nordeste do país, os quais foram assentados em uma demarcação do INCRA no final da década de 1970 e início dos anos 1980, no antigo seringal Santa Clara, que posteriormente se organizaram para captar recursos de instituições nacionais e internacionais para dar início ao empreendimento. Inicialmente, se reuniam no próprio quintal de suas casas; posteriormente foi construído um escritório e, em 1992, a organização obteve um terreno com barracão grande, onde teve início o beneficiamento de frutas de modo artesanal. Atualmente, as famílias estão assentadas em lotes que possuem de um a cem hectares. (ANDRÉ, 2017; VAILATTI, 2020).

Nos dias de hoje, o RECA tem como foco principal o **desenvolvimento de sistemas agroflorestais (SAFs)** aliado à conservação ambiental – **o que o levou à adesão à certificação de orgânicos** – a partir de uma gestão comunitária participativa, com o propósito de gerar renda e promover condições dignas de trabalho para seus membros e parceiros. Para isso, conta com uma infraestrutura adequada para o bom funcionamento da organização e com uma equipe composta por 31 colaboradores fixos, sendo que no período da safra este número sobe para 60 (TEIXEIRA et al., 2015).

### **Certificações obtidas pelo RECA**

O RECA adquiriu a certificação orgânica brasileira em 2006, através do Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), a fim de atender o mercado nacional com o selo orgânicos do Brasil; posteriormente, o RECA obteve o registro para o mercado europeu e norte-americano. Com a obtenção desta certificação, de modo geral, houve melhoria das vendas e do marketing dos produtos, agregação de valor aos produtos comercializados, promoção da rastreabilidade das cadeias de valor envolvidas e possibilitou ao projeto a participação em feiras nacionais e internacionais, entre outros benefícios (MACEDO, 2020; PROJETO RECA, 2018a).

Quanto ao pagamento da certificação, primeiramente foi realizada via parceria com clientes; atualmente, tem sido custeada pela própria cooperativa, com custo anual de R\$11 mil. Vale lembrar que, anteriormente, o RECA chegou a ter certificação orgânica por sistema socioparticipativo, pela Associação de Certificação Socioparticipativa (ACS) e pelo sistema da Rede de Agricultura Sustentável (RAS)/Rainforest Alliance Certified, auditado pelo Imaflora (PINTO et al., 2013). Esta certificação socioparticipativa não vigorou, pois ao longo do tempo não se tornou adequada devido à demanda de comercialização do RECA com grandes empresas (MACEDO; 2020; VAILATTI, 2020).

Por sua vez, a organização desenvolveu um **Sistema de Controle Interno (SCI)** voltado aos orgânicos. Este





Foto: RECA

grupo se encontra com certa periodicidade com representantes de outras iniciativas de produção orgânica da região para tratar de questões organizacionais e de produção relacionadas ao setor. Todavia, atualmente, **apenas cerca de 27% dos associados produzem de modo orgânico**, de um total de 180 produtores associados. Existe a expectativa de adesão de novos membros ao longo dos próximos anos, sendo que a meta do RECA é de que 100% dos produtores sejam certificados (SANTOS et al., 2017; VAILATTI, 2020).

Para aumentar a adesão dos produtores convencionais ao modelo de produção orgânica, o RECA tem se esforçado para mostrar os benefícios da adoção de SAFs para esse grupo. Alguns dos fatores relacionados à resistência à adesão ao sistema orgânico por parte dos produtores convencionais são: falta de conhecimento sobre o modo de funcionamento da certificação orgânica e de seus aspectos positivos; dificuldade para fazer a conversão do sistema convencional para o orgânico (o que inclui a adequação de técnicas agrícolas adotadas neste tipo de produção); receio de não ter o devido retorno econômico etc. (VAILATTI, 2020).

Ademais, **devido à parceria firmada com a Natura desde 2001, o RECA tem se adequadado às normas UEFT** – uma exigência da empresa, o que faz com que o RECA atenda aos 7 princípios da norma, que são: (1) conservação da biodiversidade; (2) uso sustentável da biodiversidade; (3) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso da biodiversidade; (4) sustentabilidade socioeconômica; (5)

cumprimento com a legislação nacional e internacional; (6) respeito pelo direito dos atores envolvidos nas atividades de BioComércio; e (7) clareza sobre a posse da terra, direitos de uso e acesso aos recursos naturais (UEBT, 2019).

## **Produção agroflorestal e acesso ao mercado**

O RECA possui mais de 2.500 hectares de SAFs implementados, com uma diversidade considerável de espécies nativas, como o açaí, castanha-do-brasil, cupuaçu, andiroba, copaíba, cumaru etc. São mais de 40 espécies florestais cultivadas e industrializadas, destinadas à alimentação, utilizadas para a confecção de cosméticos e de remédios naturais. Conta com 4 agroindústrias – uma de palmito de pupunha em conserva, uma de polpa de frutas, uma de óleos vegetais e uma de beneficiamento de sementes de pupunha, além de uma unidade administrativa e um centro de treinamento para os agricultores e demais parceiros. Para efetuar a comercialização de seus produtos, a organização tem apoio de um escritório de uma ONG no Rio de Janeiro, com outras duas representações em São Paulo e Porto Velho, e uma distribuidora em Rio Branco (ANDRÉ, 2017; FRANKE et al., 2008; MACEDO, 2020; PINTO et al., 2013; PROJETO RECA, 2018a; SANTOS et al., 2017).

A cooperativa constitui-se, atualmente, de 10 grupos de produtores, que são: Pioneiros I, II e III, Cascalho, Baixa Verde, Eletrônica, BR, Linha 5, Linha 6 e Linha 12. Esses grupos são definidos pela relação de proximidade das propriedades dos associados, nos denominados ramais, que se reúnem, mensalmente, para tratarem de assuntos pertinentes à produção. O RECA abrange 260 famílias que são associadas, e outras 400 famílias do local são fornecedoras de produtos ao RECA, em articulação com associações diversas presentes neste território (ANDRÉ, 2017; MACEDO, 2020; TEIXEIRA et al., 2015; VAILATTI, 2020).

As frutas beneficiadas que se destacam, em termos de volume, são as seguintes – cupuaçu, seguido do açaí, maracujá, abacaxi, acerola e a bacaba. Os óleos vegetais extraídos são o de castanha-do-brasil, cupuaçu e andiroba, voltados para a produção de cosméticos, sendo a manteiga de cupuaçu o produto de maior importância. Ainda, na agroindústria de palmito de pupunha em conserva, são

beneficiadas, em média, 3 mil hastes da palmeira por dia (SANTOS et al., 2017). Comercializa, também, sementes de pupunha, certificadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (ANDRÉ, 2017).

O RECA, em uma única safra, chegou a beneficiar mais de um milhão de quilos de frutos, nas seguintes categorias - 350 toneladas de polpa de cupuaçu, 100 toneladas de sementes secas e fermentadas, 40 toneladas de manteiga de cupuaçu, 31.500 latas de castanha, 50 toneladas de óleo de castanha, mais de 256.500 hastes de pupunha, cerca de 113 toneladas de palmito beneficiado, 186 toneladas de polpa e 320 toneladas do fruto de açaí e 30 toneladas de sementes de pupunha. Na safra 2018-2019, foram beneficiados 1,7 milhão de quilos somente de cupuaçu (SANTOS et al., 2017; VAILATTI, 2020).

Por seu turno, os primeiros produtos entregues à Natura foram a manteiga de cupuaçu, o óleo de castanha, farinha de castanha, polpa de cupuaçu e açaí. Atualmente, os produtos fornecidos para a empresa são a manteiga de cupuaçu, óleo de andiroba e óleo de castanha (MACEDO, 2020). Pinto et al. (2013) evidenciam a importância desta relação comercial para o RECA. Além do impacto positivo na renda dos agricultores, foi firmado um sistema de repartição de benefícios entre empresa e os fornecedores; a certificação orgânica é importante para a parceria com a Natura. Além disso, a empresa investiu em adequações do sistema de gestão e produção do RECA (VAILATTI, 2020).

A parceria com a Natura promoveu ao RECA inúmeros benefícios a melhoria dos processos, garantiu a rastreabilidade, implantou o **sistema de repartição de benefícios** e favoreceu a aquisição da certificação orgânica. A repartição de benefícios de vários produtos como andiroba, castanha e cupuaçu, é um mecanismo fundamental para que o projeto RECA continue a ser viável. Os recursos oriundos dessa fonte tem sido em investido em desenvolvimento nas comunidades relacionadas ao RECA. Recentemente, o governo federal criou o Fundo Nacional para Repartição de Benefícios<sup>18</sup>, e para acessá-lo, o RECA fará capacitações, e os recursos serão distribuídos por meio de projetos (VAILATTI, 2020).

Neste contexto, a Natura, em parceria com o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), tem

18. Para maiores informações, acessar: <https://www.mma.gov.br/patrimonio-genetico/fundo-nacional-para-a-reparticao-de-beneficios.html>

investido no RECA por meio do **projeto Carbono Circular** desde 2013, uma ação de pagamento por serviço ambiental, que consiste na remuneração dos produtores pela ação de manutenção e conservação da floresta em pé. Em 2017, a Natura pagou a 126 proprietários participantes da iniciativa R\$ 2 milhões, sendo que uma parte deste recurso é destinado a um fundo da cooperativa. Para isso, é feita uma auditoria independente que verifica a contrapartida na conservação da floresta. A expectativa é de alcançar taxa zero de desmatamento na região do projeto (COSMÉTICOS BR, 2018).

De acordo com Pinto et al. (2013) e Ângelo (2014), a entidade, ao longo de sua trajetória, vem firmando diversas parcerias com instituições financeiras, financiadores internacionais, ONGs, setor público e privado. Entre elas estão o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (INPA), Banco da Amazônia (Basa), Embrapa, Senar/RO, Sebrae/RO, Emater/RO, SOS Amazônia, Terra Madre, WWF, Cooperação Alemã/GIZ, Banco do Brasil, Ministério do Meio Ambiente, Universidades e Institutos Federais do Acre e Rondônia. Por ser um projeto de destaque na região amazônica, recebeu, ao longo de sua trajetória, alguns prêmios - Prêmio Ford, Negócios em Conservação, e o de Tecnologia Social, da Fundação Banco do Brasil. Ademais, o RECA tem participado em alguns momentos da câmara setorial agroextrativista de açaí e da castanha de Rondônia e dos Diálogos Pró-Açaí e Pró-Castanha organizados pela Cooperação Alemã/GIZ e demais parceiros (MACEDO, 2020).

## **O beneficiamento do óleo castanha-do-brasil**

Na agroindústria de óleos são beneficiados os óleos de cupuaçu, castanha e andiroba, destinados à produção de cosméticos. Para a extração do óleo, as castanhas limpas, secadas, descascadas e na sequência são aquecidas e colocadas em uma prensa, que promove a separação do óleo da farinha. Depois, o óleo é acondicionado em tambores de 20 litros. Atualmente, são beneficiadas de 5 a 10 toneladas de óleo de castanha por ano. Já a castanha *in natura* não tem sido comercializada pela cooperativa, pois, para que isso aconteça, é necessário a construção de uma infraestrutura adequada para estocagem e beneficiamento do produto, além de haver uma concorrência com o mercado boliviano para a venda do óleo e para

a venda *in natura*, caso esta última venha a ocorrer em um futuro próximo (ANDRÉ, 2017; TEIXEIRA et al., 2009; VAILATTI, 2020).

### **Projetos executados e associados**

O RECA destaca três iniciativas ao longo do seu percurso: (i) Projeto Concretizar – “Viabilizando a Produção Sustentável da Agricultura Familiar no Acre e na Ponta do Abunã em Rondônia” (lançado em 2015 e finalizado em 2018) com financiamento do Fundo Amazônia, objetivando a implementação de mais de 300 ha de SAFs em áreas degradadas ou em desuso; (ii) Projeto Fontes Novas – com foco na recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e SAFs – foi desenvolvido no ano de 2010; (iii) Projeto Produzir, executado entre 2007 e 2008, voltado à viabilização de SAFs (MACEDO, 2020; PROJETO RECA, 2018).

No que tange o projeto Concretizar, este teve como objetivos fortalecer a cadeia produtiva do cupuaçu e do açaí, por meio da implementação de SAFs e da ampliação e modernização da capacidade produtiva de unidades de beneficiamento de polpas na região de atuação do RECA. Com este propósito, foram investidos cerca de R\$ 6 milhões pelo Fundo Amazônia, o que resultou em na implementação de 315,24 hectares de SAFs, por meio do plantio de mais de 300 mil mudas de plantas frutíferas e essências florestais, além de apoio técnico e acompanhamento nas comunidades, realização de eventos, cursos e capacitações e o desenvolvimento de obras de ampliação e modernização das agroindústrias. Deste modo, esta iniciativa resultou em impactos positivos para os associados e parceiros do projeto RECA, por meio de geração de renda, restauração florestal e conservação da biodiversidade (FUNDO AMAZÔNIA, 2020). Atualmente, está em curso um projeto para combate ao incêndio na região de abrangência do RECA, em parceria com o WWF (VAILLATI, 2020).

## CASE: SOENAMA<sup>19</sup>

PRINCIPAL PADRÃO DE SUSTENTABILIDADE	FSC®
DATA DE CERTIFICAÇÃO	2016
QUANTIDADE DE CASTANHA ADQUIRIDA POR ANO	3 a 4 toneladas
LINHA DE PRODUTOS	Alimentos
SETOR	Insumos / Matéria-prima



19. Este estudo de caso foi elaborado a partir de levantamento de dados secundários e de entrevista realizada com Isaque Mopiló Tava Suruí – coordenador da Associação Soenama Paiter Suruí.

A Associação Soenama Paiter Suruí localiza-se na Terra Indígena (TI) Paiterey Karah (Sete de Setembro), cuja área foi demarcada em 1976 e homologada em 1983, com 248.000 hectares, e compreende parte dos municípios de Cacoal (RO), Espigão D'Oeste (RO) e Rondolândia (MT). A população é de 1200 pessoas, dividida em 27 aldeias. Localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Amazonas, em uma região interfluvial na sub-bacia hidrográfica do Rio Madeira (CARDOZO, 2011; ISA, 2018; KANINDÉ, 2008; PLANO, 2016).

A organização foi criada em 2012 com a finalidade de mediar e facilitar a relação dos Paiter Suruí com a sociedade envolvente, difundir e garantir os direitos dos interesses coletivos de seus associados, valorizar a cultura e promover a gestão territorial da TI. Entre os objetivos da Soenama, encontram-se o interesse em desenvolver ações em prol de uma agricultura sustentável, por meio do extrativismo, principalmente, da castanha-do-brasil e do babaçu, além da demanda pelo desenvolvimento do artesanato indígena, projetos de restauração e conservação florestal, saúde e educação. Dentro desta perspectiva, em busca de **alavancar negócios da sociobiodiversidade com base na sustentabilidade, a Soenama conquistou a certificação FSC®**. Por sua vez, a castanha faz parte dos hábitos alimentares e da cultura dos Paiter Suruí e, por isso, a manutenção dos castanhais é fundamental para a segurança alimentar deste povo, além de ser uma importante fonte de renda (ESTATUTO, 2012; PLANO, 2016; SURUÍ, 2020).

## Certificação FSC® obtida pela Soenama

A organização obteve a certificação FSC® em manejo florestal e cadeia de custódia em dezembro de 2016, cuja validade é de 5 anos. **A área florestal certificada é de 91 hectares**<sup>20</sup> (o que corresponde à área sem colheita de madeira e voltada exclusivamente para a produção de produtos florestais não-madeireiros/PFNMs e de serviços), a qual corresponde a 0,04% do território demarcado, destinada à comercialização dos seguintes produtos: carvão de babaçu, arte-sanato de babaçu, farinha de mesocarpo, óleo de babaçu e castanha *in natura* (com casca). A escolha por esta certificação foi realizada por se adequar aos anseios dos indígenas da aldeia Iratana, que se vinculam às boas práticas do manejo das castanheiras e à busca por sustentabilidade do negócio como um todo. Ademais, o processo de certificação e as auditorias anuais são custeadas por um fundo social do Imaflora, não acarretando ônus financeiro para a Soenama (FSC-BRASIL, 2016; IMAFLORA; RAINFOREST ALLIANCE, 2016; SURUÍ, 2020).

A área certificada para manejo do babaçu e da castanha situa-se no interior da floresta e é composta por espécies arbustivas, arbóreas e palmáceas. Está inserida, de acordo com o etnozoneamento da TI realizado em 2011, na zona de proteção integral, visto que a própria atividade extrativista é entendida como uma medida de proteção ambiental, pelo fato de que outras atividades de exploração de recursos naturais de maior impacto não serão desenvolvidas nesta área. Os critérios para delimitação do local como área extrativista foram a distância e a dificuldade para acessá-la, o que não chama atenção de outros indígenas moradores da TI e, principalmente, dificulta a entrada de invasores (CARDOZO, 2011; IMAFLORA; RAINFOREST ALLIANCE, 2016; PLANO, 2016).

Ao seu redor não existem áreas agrícolas, e faz limite com o Rio Branco em uma de suas bordas. É uma área que não tem histórico de incêndios e não apresenta processos erosivos. O manejo dos PFNMs ocorre sem a retirada de indivíduos; a coleta dos frutos, tanto da castanha, como do babaçu, é feita dos frutos caídos no chão e, assim, não há impacto relacionado à reprodução das espécies. Também, não é realizada a indução da frutificação e nem da floração das castanheiras. Para acessar o local, é preciso abrir picadas e trilhas na floresta (IMAFLORA; RAINFOREST ALLIANCE, 2016).

<sup>20</sup> Existem outras áreas de floresta que podem ser utilizadas para o extrativismo dentro da TI Sete de Setembro pelos membros da Soenama, mas a capacidade de coleta de castanha pelos membros da aldeia não demanda, ainda, uma área maior. Deste modo, foi definida apenas uma área para este fim no escopo da certificação FSC (IMAFLORA; RAINFOREST ALLIANCE, 2016).

## Certificação, produção de castanha e acesso a mercado

De modo geral, na **TI Sete de Setembro**, o **extrativismo da castanha é a principal fonte geradora de renda**. Os produtos do extrativismo (que também compõem a cultura dos Surui Paiter), e demais espécies agrícolas utilizadas exclusivamente para subsistência são, respectivamente: cacau nativo, pupunha, patuá, plantas medicinais, copaíba, látex e peixes; caju, mamão, laranja, cupuaçu, batata, cará e milho. Os produtos do extrativismo (que também compõem a cultura dos Surui Paiter), e demais espécies agrícolas utilizadas exclusivamente para gerar renda são, respectivamente: babaçu, tucumã, bejauba, artesanato, castanha e mel; banana, feijão e café (ALVARENGA; BIRRER, 2016).

Na safra de 2015/2016, os Surui Paiter obtiveram uma renda bruta de, em média, R\$ 100 mil, relativa à comercialização de castanha e ao beneficiamento do babaçu em óleo, farinha e carvão, sendo que a castanha foi responsável por praticamente 80% desse montante. A quantidade de castanha comercializada na safra em questão esteve em torno de 20 toneladas, e o preço médio de venda foi de R\$ 3,50. Por seu turno, a infraestrutura disponível para produção na TI Sete de Setembro se constitui de motos, cavalos e barco a motor para o escoamento para os locais de venda, centralizados nos municípios de Cacoal e Ji-Paraná. A compra é feita por atravessadores e a castanha é vendida com casca (ALVARENGA; BIRRER, 2016).

A Soenama, especificamente, tem comercializado castanha há cerca de 6 anos, o que anteriormente era realizado de modo informal pelos Surui Paiter. Anualmente, em torno de **3 a 4 toneladas de castanha *in natura*** são vendidas pela organização. Na safra de 2019, o valor do kg da castanha foi vendido no município de Cacoal por R\$3,50, mas já obteve, em safras anteriores, melhores preços, chegando a R\$ 10 o kg. Não possuem clientes fixos, e a venda, muitas vezes, é feita para atravessadores. Geralmente, essa comercialização é feita no município de Cacoal, próximo ao território indígena (SURUI, 2020). Contudo, uma questão-chave é que a certificação ainda não refletiu nenhuma melhora



sobre o preço da castanha ou em relação à abertura de novos mercados. O que se pode perceber enquanto **principal benefício trazido pela certificação é sobre a visibilidade que a marca FSC® confere enquanto salvaguarda socioambiental**, auxiliando na captação de projetos de financiamento, e mudanças ocorridas em consequência da certificação, como o esforço empreendido pela Soenama para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs) e para melhoria da organização gerencial e administrativa da associação (IMAFLOA, 2019; SURUÍ, 2020).

Em termos de estrutura operacional para o beneficiamento da castanha, a associação possui um barracão para estocagem do produto e uma mesa de seleção, mas ainda não possui sua própria agroindústria. De acordo com Isaque Suruí, atual coordenador da associação, o projeto da agroindústria foi aprovado pelo Fundo Amazônia em 2019, mas não entrou em execução por conta da paralisação do Programa. Portanto, ele salienta a necessidade de apoio financeiro e de parcerias como essencial para expandir e aprimorar a comercialização de castanha por parte da Soenama (SURUÍ, 2020).

Vale destacar que ainda os Surui Paiter da aldeia Iratana não conseguiram retirar babaçu e castanha da área certificada, pois, como mencionado anteriormente, o acesso ao local só é possível a partir da abertura de trilhas e picadas na floresta. Infelizmente, os indígenas ainda não obtiveram recurso financeiro e apoio para realizar esta ação, apesar da recorrente solicitação feita pelos indígenas na



prefeitura de Cacoal, e nem recursos provenientes de outras fontes para este fim. Deste modo, a coleta de castanha tem sido feita em outras áreas dentro da TI, mas não dentro da área destinada ao manejo florestal pela certificação FSC (SURUÍ, 2020).

Em reconhecimento ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Soenama, a associação recebeu o prêmio Jorg Zimmermann em 2017, concedido pelo Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) para pessoas físicas, grupos, movimentos ou entidades não governamentais que tenham tido, nos últimos anos, destacada ação na transformação da realidade na área da sociobiodiversidade nos biomas Cerrado e Amazônia (REVISTA AMAZÔNIA, 2017; SOENAMA, 2018).

### **Projetos executados**

Em 2014, a associação deu início a um projeto voltado para o aproveitamento do babaçu com algumas famílias, centrando as atividades na Aldeia Iratana, Linha 10. Desde então, a Soenama vem desenvolvendo iniciativas voltadas, principalmente, para o fortalecimento das cadeias de valor da castanha e do babaçu, por meio de financiamento do Fundo Socioambiental Casa, Fundo Paiter Suruí e demais parceiros. Deste modo, a associação tem buscado novas parcerias para alavancar os negócios da sociobiodiversidade relacionadas às cadeias de valor mencionadas, e assim alcançar os benefícios associados à certificação FSC para o território Paiter Suruí (SOENAMA, 2015; 2017; 2018; 2019).

# Seção III

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**D**iante do exposto, e com base em um conjunto de reflexões realizadas pelos diferentes atores participantes deste estudo, equipe executora do projeto *Mercados Verdes e Consumo Sustentável* e parceiros, apresentam-se os principais apontamentos relacionados a benefícios e desafios de padrões de sustentabilidade para a cadeia de valor da castanha-do-brasil, divididos nos seguintes blocos: aspectos sociais, ambientais e econômicos (para empresas e organizações sociais), seguidos de recomendações.

### PARA EMPRESAS

#### Principais benefícios percebidos pelo setor

##### ASPECTOS SOCIAIS

**Esquemas de sustentabilidade ajudam na padronização das relações entre empresas e fornecedores** no que diz respeito à segurança no trabalho, a relações trabalhistas justas e à eliminação do trabalho escravo e infantil.

##### ASPECTOS AMBIENTAIS

**Promove a rastreabilidade da cadeia de abastecimento** e minimiza riscos e passivos socioambientais.

##### ASPECTOS ECONÔMICOS

**Entrada em mercados internacionais** que valorizam as certificações enquanto importantes salvaguardas socioambientais.

## PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

### Principais benefícios percebidos por associações e cooperativas

#### ASPECTOS SOCIAIS

**Padrões de Sustentabilidade ajudam na gestão do empreendimento comunitário**, especialmente em aspectos administrativo-financeiros e relacionados ao cumprimento de questões legais.

#### ASPECTOS AMBIENTAIS

**Promovem as boas práticas de manejo da castanha-do-brasil**, capacitações diversas relacionadas à adoção de práticas sustentáveis para o sistema produtivo, garante que o produto seja orgânico, beneficiando os coletores envolvidos no manejo, entre outros aspectos.

#### ASPECTOS ECONÔMICOS

**Os Padrões de Sustentabilidade promovem maior visibilidade aos empreendimentos e tendem a contribuir com a captação de projetos** financiados por fundações e empresas. Normalmente os projetos são operacionalizados pelos próprios empreendimentos comunitários ou organizações do terceiro setor, e os Padrões de Sustentabilidade garantem contrapartidas/salvaguardas socioambientais importantes para o recebimento de determinados recursos financeiros.

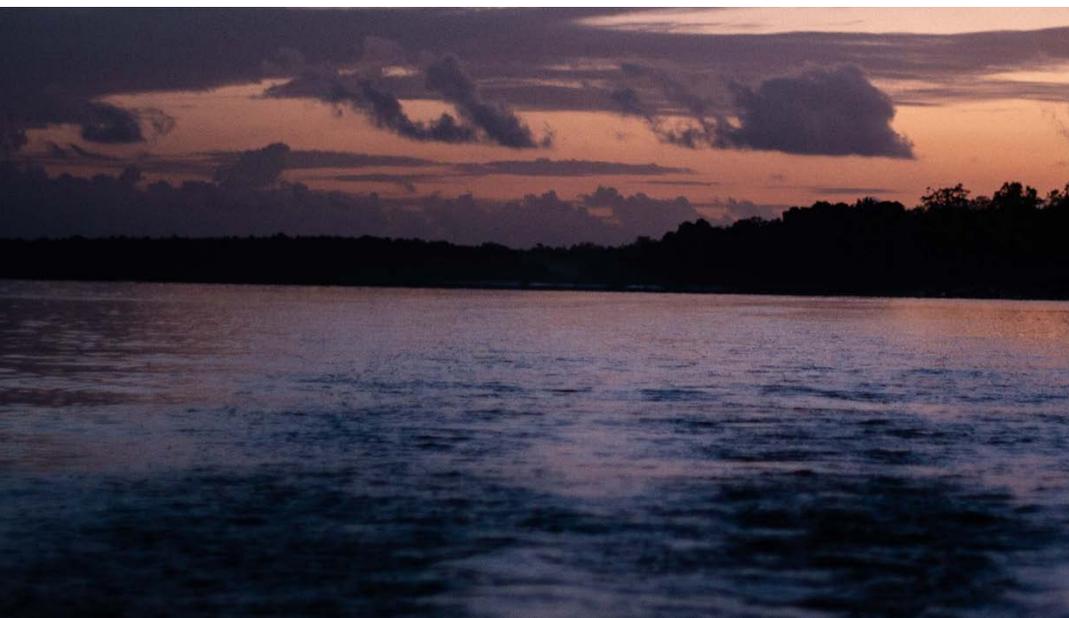


Foto: Amazonbril

## DESAFIOS (PARA EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS)

### Demais aspectos

- Assistência técnica e extensão rural (ATER) para as comunidades agroextrativistas nem sempre considera aspectos relacionados aos Padrões de Sustentabilidade.
- **Padrões de sustentabilidade podem auxiliar na melhora do preço de vendas.** Esta é uma questão controversa e variável – em alguns casos, sim, a certificação agrega valor ao produto (principalmente para empresas privadas que atuam no mercado internacional, como o europeu), mas, no Brasil, percebe-se que não é muito fácil agregar valor a partir das certificações. Contudo, no tocante à certificação orgânica, como na entrega de alimentos orgânicos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal, esses produtos podem alcançar até 30% a mais no valor final em comparação com a produção convencional.
- **Custos que envolvem as certificações:** O custo da maioria das certificações não é apropriado, em grande parte, para que as associações e cooperativas custeiem o processo. Não necessariamente porque o custo dos processos de certificação seja alto, mas pelas próprias dificuldades financeiras que empreendimentos comunitários amazônicos costumam enfrentar, seja por pouco capital de giro e fluxo de caixa; por não conseguirem financiamentos adequados; por uma logística muitas vezes complexa e custosa; ou até mesmo pela dificuldade em gestão do negócio etc.

Muitas vezes, a certificação somente acontece por estar atrelada a grandes projetos ou a fundos sociais. O que fragiliza esse esquema de certificação é o fato de que, em determinados momentos, a

organização social pode não ter apoio via projetos (ou de outra origem) e não ter condições de manter o esquema em atividade. Para o setor empresarial, este custo pode ou não ser um problema.

- **Informalidade nos primeiros elos da cadeia** e informações precárias nas principais bases de dados no nível nacional.
- Os Padrões de Sustentabilidade, na maior parte do tempo, não têm contribuído para a gestão da informação dos empreendimentos e da cadeia como um todo. Nota-se, em boa parte dos empreendimentos estudados, que existe uma pequena quantidade de informações sobre as comunidades fornecedoras de castanha e sobre as relações entre fornecedores e compradores/empresas (quem são, onde estão, histórico das relações entre empresas e comunidades, quantidade comercializada anualmente, etc.).
- **Parcerias de longo prazo entre comunidades e esquemas de certificação:** Compreende-se que as parcerias duradouras potencializam o amadurecimento e a melhoria da gestão de negócios entre os diversos elos da cadeia, como por exemplo – comunidade – empresa compradora – certificadora.
- **Poucas sinergias com o Poder Público:** Por meio de programas governamentais e políticas públicas, é preciso fortalecer e aprimorar a presença do Estado no contexto do desenvolvimento das cadeias da sociobiodiversidade.
- **Similaridade entre Padrões de Certificação:** As certificações, em diversos quesitos, cumprem um papel muito semelhante. Trata-se, portanto, de uma questão que precisa ser melhor desenvolvida, ou seja, existe a necessidade de diálogo entre os diferentes esquemas de certificação, para que atuem de maneira colaborativa, em benefício de todos os componentes de uma cadeia de valor.

- Organizações sociais, geralmente, são dependentes de projetos para alavancar os seus negócios. O financiamento e a disponibilização de parte desses recursos vinculam-se ao governo federal, o qual pode ser favorável ou não à promoção da sociobiodiversidade e à conservação do bioma amazônico.

## RECOMENDAÇÕES/APONTAMENTOS DE CAMINHOS

### Gestão da informação

- Disseminar informações e experiências de empreendimentos certificados entre diversos atores na cadeia da castanha.
- Estimular que Padrões de Sustentabilidade tratem a gestão da informação como requisito importante na sustentabilidade da cadeia.
- Estimular o uso de *blockchain* e *big data* em auditorias de certificação.

### Articulações entre padrões

- Elaboração, sistematização e disseminação de informações que comparem princípios e normas de diferentes padrões de certificação, com o intuito de facilitar que um mesmo empreendimento possa cumprir um único conjunto de procedimentos e obter diferentes selos.
- Promover auditorias integradas de diferentes padrões de certificação.
- Promover articulações e encontros entre Padrões de Sustentabilidade para alinhamentos entre o que se entende por um “castanha sustentável”.

## Políticas públicas

- Estimular a utilização de conteúdos relacionados a Padrões de Sustentabilidade em serviços de ATER.
- Reconhecimento de diferentes Padrões de Sustentabilidade em políticas de compras públicas, como PNAE, PAA etc.
- Subsídio fiscal e créditos diferenciados para os PFNMs, para potencializar a autonomia dos empreendimentos e que possam beneficiar empreendimentos certificados ou em transição.
- Promoção de iniciativas de certificação voltadas para territórios, com foco em mercados locais.

## Publicidade

- Promoção de campanhas de publicidade sobre Padrões de Sustentabilidade para o mercado consumidor, com foco na conservação da Amazônia.

# REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, F. R. P.; BIRRER, S. A produção de povos e comunidades tradicionais baseada em recursos da biodiversidade: capacidades e oportunidades de fortalecimento. In: PACHECO, W. L. (Org.). Povos e comunidades tradicionais nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade: oportunidades para negócios sustentáveis na região Centro-Sul de Rondônia. Porto Velho: Ecam, 2016. p. 16-73.
- ÁLVARES, V. S. et al. Qualidade da castanha-do-brasil do comércio de Rio Branco, Acre. *Acta Amazonica*, v. 42, n. 2, p. 269-274, 2012.
- ANDRÉ, S. Exemplo que vem da floresta – Projeto criado no meio da Amazônia e sem ajuda dos governos chega aos trinta anos lucrando com a floresta em pé. *Sócios e Negócios, Revista da Cooperativa Central de Créditos do Norte do Brasil/SICOOB Norte*. Junho/2017. Disponível em <https://sociosenegocios.com.br/revistas-digitais/revista-digital-11/>. Acesso em 26 abril 2020.
- ÂNGELO, D. D. Do sonho à luta de sobrevivência na Amazônia: a “caminhada” das famílias camponesas do projeto RECA. *Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara*, 2014.
- BARBOSA, F. W.; SOUSA, E. P. Agricultura orgânica no Brasil: características e desafios. *Revista Economia & Tecnologia*, v. 8, n. 4, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, 28 dez. 2007.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/cciv\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/cciv_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 11 mar. 2020.
- BRASIL. Instrução Normativa nº 7, de 17 de maio de 1999. Dispõe sobre normas para a produção de produtos orgânicos vegetais e animais. *Diário Oficial da União, Brasília*, 19 maio 1999. Seção 1, p. 11.
- BRASIL. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, n. 250, 24 dez. 2003. Seção 1, p. 8.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/MAPA. *Castanha-do-brasil: Bertholletia excelsa H.B.K. (Série: Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável orgânico)*. Brasília: MAPA/ACS, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. *Castanha-do-brasil: boas práticas para o extrativismo sustentável orgânico*. MMA/Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento rural Sustentável. Departamento de Extrativismo. Brasília, DF: MMA, 2017.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. (2001). A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 18, n. 3, p. 69-101, 2001.
- CARDOZO, I. B. Etnozoneamento Paiterey Garah: terra indígena Sete de Setembro. Porto Velho, RO: Kanindê – Associação de Defesa Etnoambiental, 2011.
- CE. Comissão da União Européia. 2003. Decisão 2003/493/CE da Comissão, de 4 de julho de 2003, que impõe condições especiais à importação de castanha do Brasil na Shell, originária ou expedida do Brasil, *Jornal Oficial da União Europeia*. JO L 168 de 5 de julho de 2003, p. 33-38. (em português).
- CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento). Mato Grosso: PAA beneficia pequenos produtores de queijo e castanha-do-brasil. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/836-mato-grosso-paa-beneficia-pequenos->. Acesso em: 15 abril 2020.
- CONEXSUS. Desafio Conexsus anuncia empreendimentos selecionados para Jornada de Aceleração. Disponível em <https://www.conexus.org/desafio-conexus-anuncia-empresendimentos-selecionados-para-jornada-de-aceleracao/>. Acesso em: 20 abril 2020.
- COOPAVAM. Mato Grosso ganha marca de produtos orgânicos regional. 2016. Disponível em: <https://coopavam.org.br/mato-grosso-ganha-marca-de-produtos-organicos-regional/>. Acesso em: 20 abril 2020.
- COOPAVAM. Disponível em: <http://coopavam.org.br>. Acesso em: 15 abril 2020.
- COSMÉTICOS BR. Projeto Carbono Circular da Natura remunera pela conservação da Amazônia. (2018) Disponível em: <https://www.cosmeticosbr.com.br/conteudo/projeto-carbono-circular-da-natura-remunera-pela-conservacao-da-amazonia/>. Acesso em: 26 abril 2020.
- DUCHELLE, A. E.; KAINER, K. A.; WADT, L. H. O. Is certification associated with better forest management and socioeconomic benefits? A comparative analysis of three certification schemes applied to Brazil nuts in Western Amazonia. *Society & Natural Resources: An International Journal*, v. 27, n. 2, p. 121-139, 2014.
- ÉPOCA NEGÓCIOS. Natura conclui compra da Avon e cria 4ª maior empresa de beleza no mundo. (2020). Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/01/epoca-negocios-natura-conclui-compra-da-avon-e-cria-4a-maior-empresa-de-beleza-do-mundo.html>. Acesso em: 06 abril 2020.
- ESTATUTO da Associação Soenama do Povo Indígena Paiter Surui. 26 dez. 2012. Aldeia Iratana, Cacoal (RO).
- EVANS, K. 2014. La certificación forestal combinada mejora el negocio de los productores de castaña. (2014). CIFOR/Los bosques en las noticias. Disponível em: <https://forests-news.cifor.org/22894/la-certificacion-forestal-combinada-mejora-el-negocio-de-los-productores-de-castana?fnl=es>. Acesso em: 03 maio 2020.
- FAIR FOR LIFE. Certification programme for Fair Trade and responsible supply chains. 2017. Disponível em: <https://www.fairforlife.org/client/fairforlife/file/News/Tools/FFL-Flyer2017Web.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.
- FAIR FOR LIFE. Disponível em: [https://www.fairforlife.org/pms/indexDOM.php?client\\_id=fairforlife&page\\_id=home](https://www.fairforlife.org/pms/indexDOM.php?client_id=fairforlife&page_id=home). Acesso em 16 mar. 2020.
- FRANKE, I. L. et al. Análise socioeconômica dos agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado (RECA), em Nova Califórnia, Rondônia. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46., 2008, Rio Branco. Amazônia, mudanças globais e agronegócios: o desenvolvimento em questão: análise. Brasília, DF: Sober; Rio Branco: UFAC, 2008.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Principios y Criterios del FSC para el Manejo Forestal Responsable. FSC-STD-01-001 V5-2 ES. Bonn, Alemanha, 2015a.
- FSC-BRASIL. Associação Soenama do Povo Indígena Paiter Surui acaba de receber a certificação FSC. 2016. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/novidades/id/742>. Acesso em: 21 abril 2020.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Procedimento de Serviços Ecológicos: Demonstração de Impactos e Ferramentas de Mercado. FSC-PRO-30-006 V1-0 PT. Bonn, Alemanha, 2018.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Fatos e números. (2019a). Disponível em: <https://fsc.org/en/page/facts-figures>. Acesso em: 21 abr. 2020.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL). Fatos e Figuras. (2019b) Disponível em: [https://www.fsc.org/sites/fsc.org/files/2019-12/Facts\\_and\\_Figures\\_2019-12-04.pdf](https://www.fsc.org/sites/fsc.org/files/2019-12/Facts_and_Figures_2019-12-04.pdf). Acesso em: 21 abr. 2020.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Sobre o FSC Brasil. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc-brasil>. Acesso em: 04 mar. 2020a.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Sobre o FSC Brasil. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/fsc/fatos-e-nmeros>. Acesso em: 04 mar. 2020b.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Custos. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/certificao/custos>. Acesso em: 04 mar. 2020c.
- FSC (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL) -BRASIL. Custos. Disponível em: <https://br.fsc.org/pt-br/certificao/beneficios>. Acesso em: 04 mar. 2020d.
- FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. Rede de Cantinas da Terra do Meio. 2017. Disponível em: <https://transparencia.fbb.org.br/tecnologia-social/rede-de-cantinas-da-terra-do-meio>. Acesso em: 25 abril 2020.
- FUNDO AMAZÔNIA. Projeto Concretizar. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Concretizar/>. Acesso em: 25 abril 2020.
- FUNDO AMAZÔNIA. Projeto Sentinelas da Floresta. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Sentinelas-da-Floresta/>. Acesso em: 15 abril 2020.
- FUNDO IRATAPURU. Disponível em: <https://www.fundoiratapura.com/quem-somos>. Acesso em: 07 abril 2020.
- HERNANDES, T.; NUNES, P. C.; CORTÊZ, H. M. A. Sabores dos castanhais – A castanha-do-brasil como ingrediente de sucesso em um projeto de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Associação de Desenvolvimento Rural de Jurueña (Aderjur). Poço de Carbono Jurueña. 1ª ed. Jurueña, MT, 2014. Disponível em: [http://www.carbonojurueña.org.br/wp-content/uploads/2018/03/SABORES\\_DOS\\_CASTANHAIS.pdf](http://www.carbonojurueña.org.br/wp-content/uploads/2018/03/SABORES_DOS_CASTANHAIS.pdf). Acesso em: 03 maio 2020.
- IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Produção da extração vegetal e da silvicultura. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 03 maio 2020.
- IMAFLORA: RAINFOREST ALLIANCE. Resumo público de avaliação de certificação do manejo florestal da Associação Soenama Paiter Surui das aldeias Iratana e Mautira em Terra Indígena Sete de Setembro, Cacoal, Rondônia, Brasil. (2016). Disponível em: <http://fsc.force.com/servlet/servlet.FileDownload?file=00F3300000m9yamEAA>. Acesso em: 04 maio 2020.

- IMAFLORA. Manual de Funcionamento e Operação do Origens Brasil. (2018). Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-funcionamento-e-operacao-do-origens-brasil.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.
- IMAFLORA. Relatório de Auditoria Anual do Manejo Florestal – Resumo público Associação Soenama do povo indígena Paiter Surui, Terra Indígena Sete de Setembro, Rondônia, 2019. Disponível em: <http://fsc.force.com/servlet/servlet.FileDownload?file=00PF300013zwPPEAY>. Acesso em: 04 maio 2020.
- IMAFLORA. Manual de Uso da Marca Origens Brasil. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-de-uso-da-marca.pdf> Acesso em: 24 abr. 2020.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Ribeirinhos e indígenas formam aliança para fortalecer a economia da floresta amazônica. 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ribeirinhos-e-indigenas-formam-alianca-para-fortalecer-a-economia-da-floresta-amazonica>. Acesso em: 24 abril 2020.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Surui Paiter. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/surui-paiter/846>. (2018). Acesso em: 21 abril 2020.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Wapichana e Wai Wai compartilham boas práticas no manejo da castanha em Roraima. 2019a. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-rio-negro/wapichana-e-wai-wai-compartilham-boas-praticas-no-manejo-da-castanha-em-roraima>. Acesso em: 24 abril 2020.
- ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). Beiradeiros e indígenas provam que a economia da floresta em pé é possível. 2019b. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/beiradeiros-e-indigenas-provam-que-a-economia-da-floresta-em-pe-e-possivel>. Acesso em: 24 abril 2020.
- KANINDÉ (Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé). Plano de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro (2008). Disponível em: [http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/surui\\_50\\_1304452784\\_1371224716.pdf](http://www.kaninde.org.br/wp-content/uploads/2015/11/surui_50_1304452784_1371224716.pdf). Acesso em: 20 nov. 2016.
- LIMA, S. K. et al. Texto para discussão 2538 – Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2020.
- MACEDO, T. F. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 17 mar 2020.
- MANUAL funcionamento e operação do Origens Brasil. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/manual-funcionamento-e-operacao-do-origens-brasil.pdf>. Acesso em: 24 abril 2020.
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Instrução Normativa Conjunta MAPA-MMA nº 17 de 28 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-conjunta-mapa-mma-no-17-de-28-de-maio-de-2009-extratrativismo-sustentavel-organico.pdf/view>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Legislação – Orgânicos. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao-organicos>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- MDA; MMA; MDS. Plano Nacional de Promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade. (2009). Disponível em: <http://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/123456789/1024/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 maio 2020.
- MÜLLER, C. H. Castanha-do-brasil; estudos agrônomicos. Belém. EMBRAPA-CPATU. 1981.
- NATURA. 2019a. Relatório Anual – Natura 2018. Disponível em: [https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio\\_anual\\_natura\\_2018.pdf](https://static.rede.natura.net/html/home/2019/agosto/relatorio_anual_natura_2018.pdf). Acesso em: 06 abril 2020.
- NATURA. 2019b. Com selo UEET, Ekos torna visível seu respeito pela biodiversidade. Disponível em: <https://www.natura.com.br/blog/inovacao/com-selo-uebt-ekos-torna-visivel-seu-respeito-pela-biodiversidade>. Acesso em: 06 abril 2020.
- NUNES, P. C.; RUGNITZ, M. T. Semeando esperança, colhendo bens e serviços ambientais (Resultados do Projeto Poço de Carbono Juruena). Juruena, Brasil. ADERJUR/Projeto Poço de Carbono, 2011.
- NUNES, P. C.; GONÇALVES, A. L.; ARAÚJO, E. V. Encontro de saberes e construção de caminhos para a conservação da sociobiodiversidade (Projeto Poço de Carbono Juruena – 3ª fase). Juruena, MT: Editora Sustentável, 2020.
- NUNES, P. C. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/ Instituto Terroá, 23 mar. 2020.
- ODM BRASIL. Prêmio ODM Brasil. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/sobre>. Acesso em: 20 abril 2020.
- OLIVEIRA NETO, J. E.; SILVA, R. N. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, mar. 2020.
- ORGANICSNET. Manual de certificação de produtos orgânicos. Disponível em: <http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- ORIGENSBRASIL. Wickbold. 2018. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/empresa?nome=wickbold>. Acesso em: 24 abril 2020.
- ORIGENSBRASIL. Biblioteca. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/folder-origens-brasil-portugues.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020a.
- ORIGENS BRASIL. II Relatório de Resultados e Transparências da Rede Origens Brasil. Disponível em: <http://www.origensbrasil.org.br/media/relatorio-de-transparencia-e-resultado.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020b.
- PINTO, L. F. G. et al. Características, potencial e limitações de diferentes modalidades de certificação socioambiental para sistemas agroflorestais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 30, n. 1/3, 2013. p. 11-32.
- PLANO de manejo florestal de produtos não madeiros. Projeto Babaçu Toroya Paiter Surui/Associação Soenama do Povo Paiter Surui/TI Sete de Setembro. Cacoal (RO), 2016.
- POÇO DE CARBONO JURUENA. Fundo rotativo solidário será apresentado como oportunidade ao extrativismo na Amazônia. 2019. Disponível em: <http://www.carbonojuruena.org.br/2019/05/08/fundo-rotativo-solidario-sera-apresentado-como-oportunidade-do-extratrativismo-na-amazonia/>. Acesso em: 16 abril 2020.
- PROJETO da Natura incentiva reciclagem em comunidades do Caruarui. Correio da Amazônia, Manaus, 18 dez. 2019. Disponível em: <https://correioamazonia.com.br/projeto-da-natura-incentiva-reciclagem-em-comunidades-de-caruarui/?amp>. Acesso em: 07 abril 2020.
- PROJETO RECA. Certificações. 2018a. Disponível em: <https://www.projetoeca.com.br/site/certificacoes/>. Acesso em: 25 mar 2020.
- PROJETO RECA. Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA e Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA. 2018b. Disponível em: <http://www.projetoeca.com.br/site/>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- REVISTA AMAZÔNIA. Resultado do Prêmio Jorg Zimmermann da Sociobiodiversidade. (2017). Disponível em: <https://revistaamazonia.com.br/resultado-do-premio-jorg-zimmermann-da-sociobiodiversidade/>. Acesso em: 21 abril 2020.
- SANTOS, A. Q. et al. Projeto RECA (Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado): uma referência em sistemas agroflorestais. Cadernos de Agroecologia, anais do X CBA, v. 13, n. 1, mar. 2018.
- SANTOS, R. Melhores práticas – Economia solidária une povos da floresta. Desafios do Desenvolvimento, IEPA, ano 10, edição 78, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2966:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2966:catid=28&Itemid=23). Acesso em: 16 abril 2020.
- SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO E APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS). Agricultura orgânica: cenário brasileiro, tendências e expectativas. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/0-que-e-agricultura-organica,69d9438afic-92410VgnVCM100002b721010aRCRD>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- SHANLEY, P.; PIERCE, A. R.; LAIRD, S.A. Além da madeira: a certificação de produtos florestais não madeiros. Belém: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2006, 153 p.
- SILVA, L. J. S. et al. Castanha-do-Brasil: aspectos socioeconômicos nas comunidades da RDS Plagaçu-Purus, município de Anori, AM. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2017. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1088199/1/Documentos135.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.
- SOENAMA. Projeto – Toroya, a energia da floresta do povo Paiter. Cacoal (RO), 2015.
- SOENAMA. Projeto – Mam Gab Castanha-do-brasil. Cacoal (RO), 2018.
- SOENAMA. Projeto de valorização da produção florestal da Associação Soenama. Cacoal (RO), 2017.
- SOENAMA. Projeto – Proteger nossa fonte de vida. Cacoal (RO), 2019.
- SOLDÁN, M. P. The impact of certification on the sustainable use of Brazil nut (*Bertholletia excelsa*) in Bolivia. (2003). Disponível em: <http://foris.fao.org/static/pdf/NWFP/Brazil-nuts.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.
- SURÚÍ, I. M. T. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 19 mar. 2020.
- TEIXEIRA, A. I. T. et al. Projeto RECA – Reflorestamento Econômico Consorciado Adensado. Projeto Conexão Local – Relatório Final. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: [https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1\\_-\\_reca\\_2.pdf](https://pesquisa-eaesf.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/conexao-local/1_-_reca_2.pdf). Acesso em: 26 abril 2020.
- THORSTENSEN, V.; MOTA, C. R.; CORRÊA, R. O. Comércio e Sustentabilidade (Série Cadernos de Normas Voluntárias de Sustentabilidade). São Paulo: VT Assessoria Consultoria e Treinamento Ltda., 2018, v.1. Disponível em: [http://www.inmetro.gov.br/bareirastecnicas/pdf/INMETRO.Caderno\\_Vol\\_1\\_NVS.pdf](http://www.inmetro.gov.br/bareirastecnicas/pdf/INMETRO.Caderno_Vol_1_NVS.pdf). Acesso em: 10 maio 2020.
- UEBT BIODIVERSITY BAROMETER. (2018). Disponível em: <http://www.biodiversitybarometer.org/#uebt-biodiversity-barometer-2018>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- UEBT. Norma de BioComércio Ético (2019). Disponível em: <https://static.squarespace.com/static/58bfcfa22994ca36885f063e/1/5d3080bcfc07d00017ef280/1563459773412/Portuguese.pdf>. Acesso em: 28 abril 2020.
- UEBT (Union for Ethical Biotrader). Disponível em: <https://www.ethicalbiotrader.org>. Acesso em: 12 mar. 2020.
- UEBT. BioComércio Ético: para um abastecimento com respeito. Disponível em: [https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/f5a19a-016-5527-46c6-601c-4184A08288f4/attachments/UEBT%20Profile\\_2014\\_FOR.pdf](https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/f5a19a-016-5527-46c6-601c-4184A08288f4/attachments/UEBT%20Profile_2014_FOR.pdf). Acesso em: 16 abril 2020.

UNFSS (United Nations Forum on Sustainability Standards). Voluntary Sustainability Standards, Trade and Sustainable Development. (2018). Disponível em: <https://unfss.org/wp-content/uploads/2018/09/UNFSS-3rd-Flagship-Report-FINAL-for-upload-1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2020.

VAILATTI, F. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevistas concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 01 maio 2020.

VALENÇA, T. Estudo – Padrões de sustentabilidade na cadeia do açaí e da castanha. Entrevista concedida a Renata Guerreiro Costa/Instituto Terroá, 26 mar. 2020.

WICKBOLD. Disponível em: <https://www.wickbold.com.br/wickbold/>Acesso em: 24 abril 2020.

YAMANAKA, E. S. Dossiê Técnico – Cultivo, extração e beneficiamento do açaí orgânico. SIRT/UNESP, 2012. Disponível em: <http://www.ciorganico.agr.br/wp-content/uploads/2012/10/A%3%87AI-ORGANICO.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.



PADRÕES DE  
SUSTENTABILIDADE NA  
CADEIA DE VALOR DA  
CASTANHA-DO-BRASIL

